



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais

CASSIA ESPOSITO NAGAO

**DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET
OS LIMITES DO DIREITO À INFORMAÇÃO E
DO DIREITO À PRIVACIDADE**

Brasília

2015

CASSIA ESPOSITO NAGAO

DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET
OS LIMITES DO DIREITO À INFORMAÇÃO E
DO DIREITO À PRIVACIDADE

Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do curso de bacharelado em
Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas e
de Ciências Sociais do Centro Universitário de
Brasília – UNICEUB.

Professor orientador: André Pires Gontijo.

Brasília

2015

CASSIA ESPOSITO NAGAO

DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET

OS LIMITES DO DIREITO À INFORMAÇÃO E

DO DIREITO À PRIVACIDADE

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de bacharelado em Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB.

Professor orientador: André Pires Gontijo.

Brasília, 03 de julho de 2015.

Banca Examinadora

Prof. André Pires Gontijo
Orientador

Prof. Luis André Martins Lima
Examinador

Prof. Edgard Francisco Dias Leite
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força e saúde para eu superar as dificuldades de enfrentar a segunda graduação e recomeçar.

Ao meu marido pelos ensinamentos e por ter me incentivado a seguir a sua profissão.

À minha família que, mesmo distante, me deu apoio com palavras de carinho.

Ao meu orientador pela ajuda e serenidade na condução da minha monografia.

Aos meus amigos que tornaram as minhas noites na faculdade mais alegres e o sacrifício mais leve.

“Quaisquer que sejam as condições que eu tenha que enfrentar, sei que elas representam o próximo degrau na minha evolução. Aceitarei de bom grado todos os desafios, porque sei que dentro de mim estão a inteligência para compreender, o amor para aceitar e o poder para superar.”

Paramahansa Yogananda

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de estudar a aplicação do direito ao esquecimento na internet. A matéria, de análise densa e não pacificada no Brasil, entrou em pauta mais contundente em março de 2013, após o Enunciado nº 531 da VI Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal. Na edição do referido enunciado, o direito ao esquecimento passou a ser incluído na tutela da dignidade da pessoa humana, estabelecendo que é de direito do ser humano não ser lembrado eternamente por ato praticado no passado ou por situações constrangedoras. A vinculação do direito ao esquecimento na internet traz à discussão uma questão ainda mais problemática, uma vez que não há completo domínio sobre o referido canal de comunicação. Aliado a isso está o fato de que na rede encontram-se arquivos digitais disponíveis a todos os usuários, mundialmente, em apenas poucos cliques. Os conteúdos são facilmente circulados, proporcionando uma superexposição de fatos e notícias, até mesmo de atos praticados no pretérito. A análise do tema proposto é passível de debates, questionamentos e controvérsias, os quais demandarão muitas reflexões, uma vez que envolve direitos fundamentais distintos e conflituosos entre si, como é o caso do direito à informação e o direito à privacidade. Dessa forma, o estudo foi feito à luz dos artigos, casos concretos do Brasil e do mundo e jurisprudências que debatem o tema, além de doutrinas com seus conceitos mais amplos acerca dos princípios constitucionais envolvidos, quais sejam, o princípio da dignidade da pessoa humana e da liberdade de expressão.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Constitucional; Direito Civil; Direitos da Personalidade; Liberdade de Informação; Liberdade de Expressão; Direito à Informação; Responsabilidade Civil; Direito ao Esquecimento; Conflito de Normas Constitucionais; Proporcionalidade, Ponderação; Caso Concreto.

ABSTRACT

This paper is a study of the application of right to be left alone on the internet. The debate on the subject, which requires a dense analysis with no consensus to date in Brazil, intensified in March 2013 after the publication of Enunciado n° 531 in the VI Civil Law Journey, sponsored by the Federal Justice Council. In such publication, the right to be left alone was included under the provisions of the dignity of the human person, establishing that it is the human being's right not to be remembered eternally for past acts or embarrassing situations. The discussion of the right to be left alone in the Internet is even more problematic since there is no absolute mastery of this communication channel. Adding to that is the fact that in the net digital files can be made available to all users, worldwide, in a few clicks. The contents are easily shared, allowing for the superexposure of facts and news, even for acts performed in the past. The analysis of this theme is subject to debate, questioning and controversy, which demand many reflexions, since fundamental and mutually conflicting rights are at stake, such as the right to information and the right to privacy. Therefore, this study is based on articles, concrete case studies in Brazil and abroad and case law that debate the theme, in addition to doctrine with broader concepts on the constitutional principles involved, which are the dignity of the human person and freedom of speech.

KEYWORD: Constitutional Law, Civil Law, Personality Rights, Freedom of the Press, Freedom of Speech, Right to Information, Right to be left alone, Civil Liability, Conflict Among Constitutional Regulations, Proportionality, Ponderation, Concrete Case.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	11
1.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	12
1.2 Direitos da personalidade	13
1.2.1 Direito à imagem.....	15
1.2.2 Direito à intimidade	17
1.2.3 Direito à privacidade	18
1.2.4 Direito à honra.....	19
1.3 Princípio da liberdade de expressão	21
1.4 Direito à informação	22
1.4.1 Liberdade de informação na liberdade de imprensa	24
1.5 Conflito de valores e ponderação (Princípio da Proporcionalidade)	26
2 DIREITO AO ESQUECIMENTO	28
2.1 O direito ao esquecimento como forma de garantir o direito à privacidade	31
2.2 Aplicabilidade do direito ao esquecimento na internet	36
3 CONTROLE DE INFORMAÇÃO NA INTERNET NO BRASIL	39
3.1 O Marco Civil da Internet	40
3.1.1 O Marco Civil da Internet como meio de garantir a liberdade de expressão	42
3.1.2 O Marco Civil da Internet como meio de preservar a privacidade	43
3.2 Como garantir o direito ao esquecimento frente à liberdade de expressão e as diretrizes do Marco Civil da Internet	45
4. CONTROLE DE INFORMAÇÃO NA INTERNET NO DIREITO COMPARADO	48
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa circunscreve-se em torno do direito ao esquecimento na internet. A matéria, ainda não pacificada no Brasil, entrou em pauta mais contundente em março de 2013, após a edição do Enunciado nº 531 da VI Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal (CJF). A partir da sua edição, o direito ao esquecimento, intimamente relacionado com o princípio da dignidade da pessoa humana e encarado como o direito do ser humano não ser lembrado eternamente por ato praticado no passado ou por situações constrangedoras, ganhou de vez destaque.

A aplicação do direito ao esquecimento na internet traz à discussão uma questão ainda mais problemática, uma vez que ainda não há completo domínio sobre o referido canal de comunicação. Aliado a isso está o fato de que na internet encontram-se arquivos digitais disponíveis a todos os usuários que, em apenas poucos cliques, podem acessá-los de qualquer parte do mundo. Os conteúdos podem, assim, circular facilmente, o que certamente resulta em uma superexposição de fatos e notícias, inclusive daqueles praticados no passado.

O objeto de estudo concentra-se no direito ao esquecimento, com relação aos limites do direito à informação e do direito à privacidade. Para tanto, será estudado os princípios da dignidade da pessoa humana e da liberdade de expressão, consubstanciados nos direitos da personalidade e no direito à informação. Ademais, a pesquisa versará sobre a colisão de direitos fundamentais, que requer interpretação hermenêutica adequada para solucionar de maneira correta a aplicação do direito no caso concreto.

Dessa forma, o estudo tem o objetivo de pesquisar como o direito ao esquecimento está sendo aplicado no Brasil e no exterior, a fim de resolver problemas de ordem prática, a exemplo do que ocorre em países da União Europeia.

Como hipótese inicial desta pesquisa, uma vez que tanto o direito à informação quanto o direito à privacidade não são absolutos, cada conflito deverá ser solucionado à luz do caso concreto, utilizando-se de técnicas de hermenêutica, a fim de buscar uma solução mais justa e harmoniosa. Além disso, deverá ser analisada a condição da pessoa natural afetada

pela exposição, uma vez que pode afetar múltiplas personalidades (pessoas públicas, anônimos e personagens políticos da história).

Como justificativa empírica, o estudo é resultado de uma pesquisa por temas jurídicos da atualidade que tivessem a ver com a minha primeira formação acadêmica em Comunicação Social. No final do ano passado tive conhecimento da matéria a partir dos primeiros precedentes do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema (REsp. 1.334.097/ RJ e REsp. 1.335.153/ RJ). Ambos tratavam de um caso específico de um programa de televisão, cuja matéria discutida era o direito ao esquecimento. Os mesmos, que tiveram decisões opostas, ponderavam os direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana e do princípio da liberdade de expressão e seus direitos à privacidade e à informação respectivamente.

A partir dessa discussão, visualizei a oportunidade de aliar o tema do direito ao esquecimento à internet, por ser este um canal de comunicação de difícil controle e cujo poder de multiplicação das informações torna-se quase que impossível ter o total domínio.

Com relação à justificativa teórica, inicialmente, cumpre esclarecer que a presente pesquisa trata de um tema recente, polêmico e carente de posições doutrinárias. Dessa forma, a justificativa será feita à luz dos artigos e jurisprudências que debatem sobre o tema, além de doutrinas com seus conceitos mais amplos dos direitos e garantias fundamentais envolvidos.

A metodologia a ser utilizada para a monografia é o modelo de teoria dogmática instrumental, utilizando-se do modelo de pesquisa sistemática, já que a proposta do estudo é levantar a aplicabilidade do direito ao esquecimento na internet.

Para tanto, é fundamental fazer um estudo teórico para recrutar conhecimento dos principais doutrinadores que prelecionam o tema acerca dos princípios da liberdade de expressão e da dignidade da pessoa humana previstos na Carta Maior e suas ponderações diante desse conflito principiológico. A leitura da teoria será conjuntamente analisada com a Constituição Federal, com o Código Civil, Código Penal e Código de Processo Penal. Posteriormente será feito um estudo mais específico sobre a aplicação desses princípios e direitos na internet, além de uma análise de artigos e jurisprudências que abordam o tema. Como conclusão, a pesquisa analisará diversas possibilidades de aplicação do direito ao esquecimento, elucidando ao final, uma possível solução para a adequada aplicação da matéria na internet.

Nesse passo, no primeiro capítulo, o que se propõe é dar um panorama geral das garantias fundamentais, da liberdade de expressão e da dignidade da pessoa humana, juntamente com os direitos à informação e à personalidade. Seus conflitos e técnicas de ponderação de valores também serão abordados a fim de trazer a importância da utilização do princípio da proporcionalidade para a aplicação da norma jurídica de forma mais justa possível.

No capítulo seguinte, o foco é o direito ao esquecimento propriamente dito, com importantes abordagens de casos concretos e análises jurisprudenciais. O tema é abordado em diversos meios de comunicação, além é claro da sua aplicação no ambiente online.

No terceiro capítulo o que se propõe é discorrer sobre o controle de informações na internet, abordando a Lei 12.965/14, conhecida como “*Marco Civil da Internet*”, como sendo o primeiro e importante passo dado pelo Brasil em termos da regulamentação do canal. A lei será abordada, principalmente, no que se refere a sua regulamentação com relação aos direitos à liberdade de expressão e o direito à privacidade.

E, finalmente no quarto e último capítulo, a proposta é tratar sobre o controle de informação na internet no direito comparado. O intuito é discorrer sobre casos apresentados por outros países, dando foco na solução dada pela Corte Europeia, que consagrou o direito ao esquecimento, promovendo uma maior garantia dos direitos da personalidade de seus cidadãos diante do desafiador canal de internet.

1 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

A democracia de uma sociedade é medida pela expansão dos direitos humanos fundamentais e seu consequente reconhecimento e proteção em juízo e fora dele. Pode-se dizer que os enunciados normativos que os estabelecem são os mais importantes de uma Constituição, uma vez que expressam os valores supremos da ordem constitucional e regulam a vida em sociedade, estipulando direitos, garantias e deveres aos seus membros.

As garantias constitucionais podem ser entendidas, segundo Paulo Bonavides, como uma forma de “estabelecer uma proteção direta e imediata aos direitos fundamentais, por meio de remédios jurisdicionais próprios e eficazes, providos pela ordem constitucional” (BONAVIDES, 2014, p. 545). Ou seja, fornecem segurança e proteção a todos os direitos ameaçados ou violados.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu art. 5º caput, reconhece a efetividade dos direitos fundamentais assegurando a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à liberdade, à segurança e à propriedade: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Além da preservação do direito à vida, o art. 5º, no rol de seus 78 incisos, traz a dignidade da pessoa humana em suas diversas dimensões (intimidade, liberdade, integridade física e psíquica, igualdade, etc) como sendo um dos princípios fundamentais. Garante, assim, aos seus titulares, um tratamento respeitoso e honroso, de forma a terem uma existência digna conforme os ditames da justiça social.

Ainda no referido artigo da Carta Magna estão contidos direitos individuais e coletivos. Os primeiros podem ser entendidos como sendo “todos aqueles que visam a defesa de uma autonomia pessoal no âmbito da qual o indivíduo possa desenvolver as suas potencialidades e gozar de sua liberdade sem interferência indevida do Estado e do particular. Já os direitos coletivos destinam-se, não à tutela da autonomia da pessoa em si, mas à proteção de um grupo ou coletividade, onde a defesa de seus membros é apenas reflexa ou indireta”. (CUNHA JÚNIOR, 2010, p. 659).

O artigo 5º da Constituição Federal Brasileira é um dos mais importantes pois reflete a preocupação do legislador constituinte com a proteção dos direitos individuais. Nele estão contidos os direitos e garantias fundamentais para que os indivíduos desfrutem de uma vida digna, garantindo-lhes o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, principais objetivos da República Federativa do Brasil.

1.1 Princípio da dignidade da pessoa humana

O princípio da dignidade da pessoa humana encontra-se previsto no art. 1º da Constituição Federal, a saber:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Bem assim, pode-se dizer que o princípio da dignidade da pessoa humana é a exteriorização de um conjunto de valores ou núcleo essencial dos direitos fundamentais que garantem a tutela da liberdade, da igualdade para a promoção da justiça.

Tal valor está intimamente relacionado com o respeito ao próximo, devendo pois, todas as pessoas, já que em mesmo status de igualdade, terem um tratamento digno. Para explicar a dignidade atribuída às pessoas, Kant faz um paralelo com o preço das coisas, afirmando que as elas têm preço; as pessoas, dignidade:

No reino dos fins tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não admite equivalente, então tem ela dignidade. [...] Ora a moralidade é a única condição que pode fazer de um ser racional um fim em si mesmo, pois só por ela lhe é possível ser membro legislador no reino dos fins. Portanto, a moralidade, e a humanidade enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que tem dignidade. (KANT, 2005, p. 77-78).

Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald destacam a dignidade da pessoa humana como sendo o principal valor da ordem jurídica brasileira, vinculando-o com a noção de personalidade jurídica:

[...] que o mais precioso valor da ordem jurídica brasileira, erigido como fundamental pela Constituição de 1988 é a dignidade humana, vinculando o

conteúdo das regras acerca da personalidade jurídica. Assim, como consectário, impõe reconhecer a elevação do ser humano ao centro de todo sistema jurídico, no sentido de que as normas são feitas para a pessoa e para a sua realização existencial, devendo garantir um mínimo de direitos fundamentais que sejam vocacionados para lhe proporcionar vida com dignidade. (FARIAS; ROSENVALD, 2011, p. 212).

Ainda sobre o tema, Luis Roberto Barroso leciona que: “[...] a dignidade da pessoa humana está no núcleo essencial dos direitos fundamentais, e dela se extrai a tutela do mínimo existencial e da personalidade humana, tanto na sua dimensão física como moral”. (BARROSO, 2010, p. 254).

Diante do exposto, conclui-se que o princípio da dignidade da pessoa humana engloba os mais importantes direitos e valores possíveis de serem dispensados ao ser humano, envolvendo, entre outros, a sua integridade física, psíquica e intelectual, além de lhe conferir autonomia para exercer livremente a sua personalidade.

1.2 Direitos da personalidade

Os direitos da personalidade são essenciais aos seres humanos sendo indissociáveis ao reconhecimento da sua dignidade, verdadeiros suportes para garantir o seu desenvolvimento físico, psíquico e moral. Os direitos à imagem, à privacidade, à intimidade e à honra classificam-se como direitos da personalidade e por isso estão consubstanciados no princípio da dignidade da pessoa humana. Todos eles encontram-se expressamente no art. 5º, inciso X da Constituição Brasileira:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

X- são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

De acordo com Sidney Cesar Silva Guerra, esses direitos nascem com os homens e são inerentes à condição humana:

Esses direitos, na verdade, são inatos, porque nascem com o próprio homem. Daí a concepção naturalista, que relaciona os direitos da personalidade com atributos

inerentes à condição da pessoa humana, como por exemplo: a vida, a intimidade, a honra, a privacidade, a intelectualidade, a liberdade etc. (GUERRA, 2004, p. 11).

Na vida em sociedade, os homens, a todo tempo, adquirem direitos e se submetem a deveres, podendo, por isso, ocorrer abusos dos chamados direitos da personalidade. O Estado, que, entre outras funções, deve prezar pela manutenção da paz social, além de zelar por eles, tem o dever de estipular normas em nível constitucional e infraconstitucional a fim de regulamentar possíveis conflitos.

O Estado então encarrega de positivizar os direitos da personalidade, ou seja, criar previsibilidade no ordenamento jurídico, exatamente para ter meios de defender estes direitos inatos do homem, já que a todo o momento, pelo fato de vivermos em sociedade, os entechos ocorrem. (GUERRA, 2004, p. 12).

Os direitos da personalidade são “deferidos à pessoa de defender aquilo que lhe é próprio, ou seja, a essência de sua personalidade, bem como as qualidades que são inerentes a ela”. (GUERRA, 2004. p.14). Tais direitos possuem características que lhes diferenciam, como a absolutividade, intransmissibilidade, irrenunciabilidade, imprescritibilidade, inexpropriabilidade.

Os direitos da personalidade são considerados direitos absolutos. É dizer, em primeiro, são oponíveis a todos. Em segundo, são intransmissíveis, pois não há possibilidade de transferi-los a outra pessoa. Em terceiro, são irrenunciáveis, uma vez que não é possível abrir mão deles. Em quarto, são imprescritíveis, pois podem ser exercidos a qualquer tempo. E por fim, são inexpropriáveis porque nem o Estado nem o particular podem se apropriar do direito alheio.

Deveras, os intitulados direitos da personalidade precisam ser, de fato, protegidos para que os seres humanos possam, efetivamente, interagir com o mundo social. “Esses direitos realizam a missão de defesa das pessoas diante do poder do Estado, e aí temos exatamente a concepção destes direitos constituindo as liberdades públicas”. (GUERRA, 2004. p.19).

Vê-se, portanto, que os direitos inerentes à personalidade, como, por exemplo, o direito à vida privada, à honra, à intimidade e à imagem, encontram-se resguardados pelo texto constitucional, que, inclusive, assegura ao lesado direito à indenização por dano material ou moral em caso de eventual violação. Dada a sua importância que, em algumas hipóteses, tal violação é considerada, inclusive, ilícito penal.

1.2.1 Direito à imagem

O direito à imagem encontra-se expressamente tutelado pelo art. 20 do Código Civil:

Art. 20 Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais.

Aliado ao referido artigo, encontra-se o art. 5º, incisos X e XXVIII, alínea a, da Constituição Federal, que vem afirmar a sua inviolabilidade, assegurando o direito à indenização por dano moral ou material em caso de violação:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

X- são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

O direito à imagem resguarda aspectos físicos de uma pessoa, garantindo o impedimento de sua divulgação desautorizada. É, por isso, um desdobramento do direito da personalidade, eis que pode ser reconhecido como atributo da pessoa física, já que o individualiza frente à coletividade. De acordo com Sergio Cavalieri Filho:

[...] a imagem é um bem personalíssimo, emanção de uma pessoa, através da qual projeta-se, identifica-se e individualiza-se no meio social. É o sinal sensível da sua personalidade, destacável do corpo e suscetível de representação através de múltiplos processos, tais como pinturas, esculturas, desenhos, cartazes, fotografias, filmes. (CAVALIERI FILHO, 2014, p.138).

Nessa mesma linha, Sidney Cesar Silva Guerra afirma que tal direito é fundamental às pessoas uma vez que abrangem as projeções das personalidades no convívio social, individualizando-as, e identificando-as em uma sociedade:

O direito à imagem, sem dúvida alguma, é de vital importância para as pessoas, pois consiste no direito que a própria pessoa têm sobre a projeção de sua personalidade

física ou moral em face da sociedade, incidindo assim em um conjunto de caracteres que vai identifica-la no meio social. (GUERRA, 2004, p.57).

É certo que a preocupação e importância do direito à imagem não é recente. Ao longo da história da humanidade o tema tem sido abordado com frequência. Com a facilidade de acesso aos meios de comunicação, a evolução tecnológica e o advento da Internet, que torna fácil e rápida a multiplicação de qualquer imagem, tal direito ganha maior destaque.

No mundo pós-moderno, marcado pelo avanço tecnológico, pelo uso da Internet e pela facilitação na captação de imagens, representada por equipamentos eletrônicos e digitais, a preocupação com a tutela da imagem é evidente, salta aos olhos. A massificação no uso da imagem permite uma fácil e veloz exploração da imagem das pessoas. (FARIAS; ROSENVALD, 2011, p. 212)

Outrossim, devido à sua enorme projeção fática, tal direito vem liderando em termos de importância. Isso porque a cada dia a imagem humana vem sendo amplamente exposta em diversos meios de comunicação e publicidades, ampliando assim, a maior incidência de ações de reparação de danos:

O direito à imagem se destaca dos demais pelo fato de a imagem humana estar sendo utilizada largamente em publicidade de produtos, serviços, entidades, e, principalmente, por parte da imprensa, objeto de nossa pesquisa, sem o devido consentimento, ensejando desta forma ações judiciais para a reparação do dano. (GUERRA, 2004, p.57).

Sob esse contexto, Sergio Cavalieri Filho afirma:

Em razão do extraordinário progresso dos meios de comunicação (revistas, jornais, rádios, televisões), a imagem tornou-se um bem extremamente relevante, ao mesmo tempo altamente sensível, capaz de ensejar fabuloso aproveitamento econômico ao seu titular, bem como tremendos dissabores. Através dela é possível multiplicar a pessoa ao infinito, fazendo-a presente em inúmeros lugares ao mesmo tempo, em campanhas publicitárias, políticas etc., elevando geometricamente a capacidade econômica do seu titular. (CAVALIERI FILHO, 2014, p. 138).

Dentre os direitos de personalidade, a imagem destaca-se dos demais pelo aspecto da disponibilidade. Ou seja, para que esse direito possa ser utilizado por terceiro, faz-se necessário o consentimento expresso ou tácito do seu titular.

Com a sua autorização é contraditório que se alegue, posteriormente, o seu uso indevido, ou que seja pretendida qualquer reparação de dano. “O direito à imagem admite cessão, gratuita ou onerosa. E mais, o consentimento para a utilização da imagem pode ser expresso ou tácito”. (FARIAS; ROSENVALD, 2011, p. 217).

Cabe ressaltar, também, que, mesmo que haja um contrato entre o titular da imagem com uma pessoa qualquer, esta só poderá utilizar a imagem daquela, dentro dos limites estabelecidos dentro do acordo de vontades, pois, se forem ultrapassados estes limites, isto ensejará, da mesma forma que o caso precedente, a reparação de dano. (GUERRA, 2004, p. 65).

Uma das questões mais complexas relacionadas ao direito à imagem verifica-se quando as chamadas personalidades públicas buscam reivindicá-lo. Nesse caso, há o entendimento de que pessoas públicas não têm o mesmo direito de reclamar a exposição de imagem do mesmo modo que um particular.

A questão é mais complexa quando se trata de fotografia ou imagens de pessoas famosas ou ocupantes de cargos públicos. Prevalece o entendimento de que as pessoas, profissionalmente ligadas ao público, a exemplo dos artistas e políticos, não podem reclamar um direito de imagem com a mesma extensão daquele conferido aos particulares não comprometidos com a publicidade. Até pela necessidade que têm de exposição, há uma presunção de consentimento do uso da imagem dessas pessoas, desde que preservada a vida privada delas. (CAVALIERI FILHO, 2014, p. 139).

Para ter uma visão mais global do direito à imagem, é fundamental a análise dos direitos à intimidade, à honra e à vida privada, previstos no art. 5º, X, da Constituição Federal. No texto constitucional, está explícito que esses direitos são invioláveis, assegurando o direito à indenização por dano moral ou material em caso de violação.

1.2.2 Direito à intimidade

O direito à intimidade está contido entre as garantias fundamentais do indivíduo, previstas constitucionalmente no art. 5º da Magna Carta. Como um dos direitos da personalidade, é vislumbrado também como elemento componente da integridade moral de todo ser humano.

No âmbito civilista, o direito a intimidade é tipificado como direito da personalidade, absoluto por ser exercitável e oponível *erga omnes*. A intimidade, inerente ao próprio homem, pode ser entendida como o direito a uma vida secreta. Esta reserva para si acontecimentos pessoais fazendo com que estes não venham a público.

Segundo Leo Van Holthe, “a intimidade relaciona-se com os aspectos interiores da pessoa (suas convicções filosóficas e políticas, suas crenças religiosas, sua opção sexual, etc.) e com as suas relações subjetivas mais íntimas (familiares, amorosas e de amizade). (HOLTHE, 2010, p. 367).

Nesse sentido, o direito à intimidade visa proteger a essência do próprio indivíduo de modo a preservá-la para que não a torne pública.

Comparando a intimidade com a privacidade, pode-se perceber que a intimidade é mais abrangente. Rejeita qualquer tipo de interferência, tanto pública quanto privada. Segundo Sidney Cesar Silva Guerra:

A intimidade caracteriza-se por aquele espaço, considerado pela pessoa como impenetrável, intransponível, indevassável e que, portanto, diz respeito única e exclusivamente à pessoa, como por exemplo, recordações pessoais, memórias, diários etc. Este espaço seria de tamanha importância que a pessoa não desejaria partilhar com ninguém. São os segredos, as particularidades, as expectativas, enfim, seria o que vamos chamar de o “canto sagrado” que cada pessoa possui. (GUERRA, 2004, p.47).

Finalmente, é possível afirmar que pelo fato da intimidade corresponder a informações íntimas e pessoais de um indivíduo, não sendo conhecidas nem mesmo pela sua família, ela situa-se no interior de um círculo maior onde também está localizado o direito à vida privada. Entrementes, tanto uma como a outra devem ser preservadas, pois têm como fundamento a dignidade da pessoa humana da qual emana toda proteção ao indivíduo.

1.2.3 Direito à privacidade

Os direitos individuais foram, sem dúvida, uma das conquistas mais significativas da sociedade ocidental. A necessidade de proteção da vida privada e o conflitante convívio do indivíduo na sociedade transformou essa relação. Os indivíduos passaram a ter direito a seu espaço privativo, resguardando a sua individualidade. De acordo com Sérgio Cavalieri Filho, a doutrina da Suprema Corte dos Estados Unidos, universalmente aceita, entende a privacidade como um direito de estar só e ser deixado em paz (*right to be left alone*):

[...] é o direito de estar só; é o direito de ser deixado em paz para, sozinho, tomar as decisões na esfera da intimidade, e assim evitar que certos aspectos da vida privada cheguem ao conhecimento de terceiros, tais como confidências, hábitos pessoais, relações familiares, vida amorosa, saúde física ou mental etc. (CAVALIERI, 2014, p. 143).

Bem assim, entende-se que vida privada é um conceito mais profundo do que a intimidade uma vez que envolve todos os relacionamentos da pessoa. A privacidade vai além das recordações íntimas e pessoais, pois são particularidades que são compartilhadas com a família, amigos, no ambiente de trabalho, entre outros. É um viver entre outras pessoas, mas que ainda exige uma certa reserva, rejeitando a interferência pública:

Já a privacidade ou vida privada consiste naquelas particularidades que dizem respeito, por exemplo, à família da pessoa, tais como relações de família, lembranças de família, problemas envolvendo parentes próximos, saúde física e mental e etc. Seria então aquela esfera íntima de cada um que vedasse a intromissão alheia. (GUERRA, 2004, p. 47).

No que se refere ao direito à intimidade e à privacidade, a Constituição Federal assegura ao indivíduo a possibilidade de viver a sua vida sem interferência de pessoas não autorizadas, não permitindo que elas tenham informações sobre sua vida privada:

Consiste ainda na faculdade que cada indivíduo tem de obstar à intromissão de estranhos na sua vida privada e familiar, assim como de impedir-lhes o acesso à informações sobre a privacidade de cada um, e também que sejam divulgadas informações sobre esta área da manifestação existencial do ser humano. (GUERRA, 2004, p. 48).

Deveras, o direito à privacidade pode ser reconhecido como um refúgio, ou resguardo da dignidade pessoal, no qual somente o próprio indivíduo pode autorizar a sua desprivatização.

1.2.4 Direito à honra

Pode-se entender a honra como sendo um círculo que engloba a dignidade pessoal, a reputação reconhecida pelo outro e por toda a sociedade. Ela está intimamente ligada com a vida da pessoa, uma vez que é inata ao ser humano. É um atributo inerente à personalidade e, por isso, o respeito à sua essência está intrinsecamente relacionado à observância do princípio da dignidade da pessoa humana.

O direito à honra, além de estar resguardado no mesmo dispositivo em análise (art. 5º, X, da Constituição Federal), também encontra-se reconhecido no art. 11 do pacto São José da Costa Rica (Convenção Interamericana de Direitos Humanos), que estabelece a sua

proteção ao dispor que “toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade”.

Sidney Cesar Silva Guerra entende que a honra é um elemento moral e essencial para a formação da personalidade e o seu direito deve tutelar o seu reconhecimento e boa fama:

Vale dizer que a honra é composta pelas qualidades que caracterizam a dignidade da pessoa, o respeito dos concidadãos, o bom nome, a reputação e a dignidade. A proteção à honra consiste no direito de não ser molestado, injuriado, ultrajado ou lesado na sua dignidade ou consideração social. (GUERRA, 2004, p. 49).

Para José Afonso da Silva, a honra “é o conjunto de qualidades que caracterizam a dignidade da pessoa, o respeito dos concidadãos, o bom nome, a reputação. É direito fundamental da pessoa resguardar essas qualidades”. (SILVA, 2014, p. 211).

Uma pessoa é valorada de acordo com o contexto social no qual ela está inserida. A opinião pública é muito sensível a determinadas notícias, eis que influem decisivamente no contexto social. Daí porque, ocorrendo a violação da honra, a vítima se sente humilhada e desprestigiada.

No direito à honra, a pessoa é tomada, frente à sociedade, em função do valor que possui dentro daquele contexto social. Ocorrendo então a lesão da honra, de imediato a pessoa cujo direito foi violado se sente diminuída, desprestigiada, humilhada, constrangida, tendo perdas enormes tanto no aspecto financeiro, como no aspecto moral, pois a lesão se reflete de imediato na opinião pública, que logo adota uma postura negativa contra a pessoa, implicando nestas perdas mencionadas. (GUERRA, 2004, p. 50).

O direito em tela é tão importante que o Código Penal Brasileiro tipificou a sua violação trazendo o crime de calúnia (art. 138), o crime de difamação (art. 139) e, finalmente, o crime de injúria (art. 140).

Diante de todo o exposto, pode-se observar que o direito à privacidade, à intimidade e à honra são direitos inerentes a todo ser humano e precisam ser preservados. Na atual sociedade de informação em que todos estão expostos aos diversos canais de comunicação, tais direitos ganham em importância. Nesse contexto, o direito ao esquecimento surge justamente para contribuir com a sua tutela, proporcionando maior segurança à privacidade do ser humano.

1.3 Princípio da liberdade de expressão

Assegura a Constituição Federal de 88 a liberdade de expressão em seu art. 5º, incisos IV e IX:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Ao consagrar a liberdade de manifestação de pensamento e opinião, o legislador, como consequência, abarcou a liberdade de expressão.

É fato que em um Estado Democrático de Direito, a livre expressão torna-se fundamental uma vez que não há democracia sem a plena liberdade de expressão e acesso à informação. Acrescido a isso está o fato de que a própria sociedade anseia por novas informações, sendo chamada por muitos de “sociedade de informação”.

A liberdade de expressão é entendida como sendo o direito de qualquer pessoa expor suas ideias, seus pensamentos e suas opiniões, mas esse direito deve ser exercido sem violar a privacidade de outrem.

Sérgio Cavalieri Filho entende a liberdade de expressão como:

[...] é o direito de expor livremente uma opinião, um pensamento, uma ideia, seja ela política, religiosa, artística, filosófica ou científica. A liberdade de expressão nada tem a ver com fatos, com acontecimentos ou com dados ocorridos. (CAVALIERI, 2014, p. 144).

A liberdade em questão abarca toda opinião e julgamento sobre qualquer pessoa ou coisa, podendo ser, assim, de interesse público ou não. E para a exposição dessas ideias, a liberdade de expressão utiliza-se de vários meios, não só a palavra escrita ou falada, mas também a pintura, escultura, gestos dentre outros meios de exposição do livre pensamento e sentimento.

Seguindo a mesma linha, Dirley da Cunha Júnior afirma que “o direito de expressão é o direito de manifestação das sensações, sentimentos ou criatividade do

indivíduo, tais como a pintura, a música, o teatro, a fotografia, etc”. (CUNHA JÚNIOR, 2010, p. 669). Ou seja, o seu exercício representa diversas formas de garantir o livre desenvolvimento e exposição intelectual, artística e científica, independente de censura ou licença.

1.4 Direito à informação

A Constituição Federal, por outro lado, reconhece o direito à informação em seu art. 220, *caput*: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. Percebe-se que o texto Constitucional acima transcrito veda qualquer obstrução à prática do direito de informar.

O próprio art. 5º vem corroborar com o artigo supracitado ao garantir a liberdade de informação:

Art. 5º, XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Art. 5º, XXXIII – todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Para Sérgio Cavalieri Filho, a liberdade de informação “é o direito de informar e de receber livremente informações sobre fatos, acontecimentos, dados objetivamente apurados”. (CAVALIERI, 2014, p. 144). Nesse sentido, pode-se dizer que a pessoa que divulga alguma informação, transmite uma realidade e por isso está vinculado à veracidade dos fatos. Por isso, fica responsável pelos fatos narrados e demonstração da sua veracidade, bem como da sua existência objetiva.

Sérgio Cavalieri Filho ainda ressalta duas vertentes com relação à liberdade de informação: o direito de informar e o direito de ser informado. O primeiro está relacionado aos órgãos de imprensa, consubstanciado no § 1º do art. 220 da CF: “Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em

qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no Art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV”. Já o direito a ser informado ou à informação é o direito de todo indivíduo. O compromisso com a verdade deve estar presente no fato noticiado para que o indivíduo possa formular suas próprias convicções a respeito do mesmo fato, sem qualquer interferência.

A respeito do tema, Dirley da Cunha Júnior, atribui ao direito à informação três frentes a saber: o direito de informar, o direito de se informar e o direito de ser informado:

- (i) O direito de informar consiste na prerrogativa de transmitir informações pelos meios de comunicação (exemplo: direito a um horário no rádio ou televisão). A Constituição Brasileira reconhece esse direito no art. 220, caput, quando estatui que a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerá qualquer restrição;
- (ii) O direito de se informar corresponde à faculdade de o indivíduo buscar as informações pretendidas sem quaisquer obstáculos. Sua proteção constitucional reside no esquepe normativo contido no inciso XIV, do art. 5º, segundo o qual *é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional* e inciso LXXII do mesmo preceito, que prevê a ação constitucional de *habeas data*;
- (iii) E o direito de ser informado equivale à faculdade de ser mantido completa e adequadamente informado. (CUNHA JÚNIOR, 2010, p. 670-671).

Nada obstante, a liberdade de informação com suas vertentes não pode ser considerada plena e absoluta, uma vez que tal liberdade depara-se com a limitação da verdade dos fatos ocorridos.

O fato é que o direito à informação está cada vez mais em voga, tendo em vista que na atual sociedade tecnológica, a posse da informação é mais valorizada que a posse dos bens de produção. Sobre o tema, Patrícia Peck relata:

A sociedade digital já não é uma sociedade de bens. É uma sociedade de serviços em que a posse da informação prevalece sobre a posse dos bens de produção. Essa característica faz com que a proteção do direito à informação seja um dos princípios basilares do direito digital, assim como a proteção de seu contradireito, ou seja, do direito à informação. (PECK, 2010, p. 82).

Bem assim, apesar da temática não afigurar-se nova, a sociedade moderna está percorrendo novos rumos, o que termina por influir no próprio conteúdo do direito à informação. Nesse papel a internet tem uma importante parcela de responsabilidade, devido ao seu poder de massificação da informação:

A questão da informação assume maior relevância no direito digital em razão de seus desdobramentos comerciais e de responsabilidade civil. O acesso à informação constitui o maior valor de uma sociedade democrática, e a massificação da internet como serviço de informação e informatização, possibilita um aumento de competitividade global de comunidades antes marginalizadas. (PECK, 2010, p. 82).

Na era da informação, o poder está nas mãos do indivíduo, mas precisa ser utilizado de modo ético e legal, sob pena de no exercício de alguns direitos estar-se infringindo outros, e isso não é tolerável em um ordenamento jurídico equilibrado. Nesse sentido, a tecnologia pode ser sim a solução para harmonizar as diversas forças sociais, ou então se tornar seu principal inimigo, causando estragos irreparáveis, como o cachorro que, em vez de proteger, morde a mão do próprio dono. (PECK, 2010, p. 84).

Deveras, pode-se perceber que o principal responsável pela circulação das informações nos meios digitais é o próprio indivíduo, que deverá fazê-lo sempre com a máxima responsabilidade, a fim de garantir que a integridade física e moral dos cidadãos e a paz social sejam sempre preservadas.

1.4.1 Liberdade de informação na liberdade de imprensa

A liberdade de imprensa, intimamente atrelada à liberdade de informação, é onde se concentra a possibilidade de informar e de ser informado, ou seja, de realizar o direito coletivo à informação. É por essa razão que a ordem jurídica garante o seu exercício ao mesmo tempo em que lhe coíbe os abusos.

Para Dirley da Cunha Júnior, o direito de informar é dividido em dois direitos distintos:

[...] o direito de veicular ideias, conceitos e opiniões; e o direito de transmitir notícias atuais sobre fatos relevantes e de interesse coletivo e sobre elas formular os respectivos comentários ou críticas. A essa última espécie de direito de informar se atribui a denominação de liberdade de informação jornalística. A liberdade de informação jornalística assegura a difusão pública de notícias e o correspondente direito de crítica. Percebe-se, destarte, que o direito de informação jornalística engloba notícias e as críticas jornalísticas, não podendo a lei impor condições ao seu exercício, que é livre e assegurado constitucionalmente”. (CUNHA JÚNIOR, 2010, p. 672).

O art. 220, §1º da Constituição Federal vem resguardar a liberdade de informação jornalística e não se limita a simples liberdade de imprensa, mas a qualquer meio de comunicação social. Ao mesmo tempo, o referido artigo autoriza a crítica jornalística como sendo algo intrínseco ao direito de informação. É dizer, o direito à informação jornalística abarca o direito de noticiar fatos e de criticá-los:

Art. 220 - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no Art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

A crítica jornalística pode ser entendida como um juízo de valor, positivo ou negativo, relativo aos fatos noticiados. É uma opinião subjetiva que reflete o pensamento do autor, sobre o objeto da matéria jornalística. E justamente por ser uma manifestação do pensamento acerca de determinado fato ocorrido que, muitas vezes, colide com os direitos da personalidade de outrem:

[...] a crítica, recaindo sobre um fato ou uma opinião, a todo momento poderá entrar em colisão com os assim chamados direitos da personalidade dos cidadãos, estabelecendo um quadro em que, de um lado, a sociedade aspira por informações [...]. De outro, porém, colocam-se, por vezes, os direitos à imagem, à honra, à privacidade e à intimidade do indivíduo que foi objeto da notícia ou da crítica. (ARAÚJO e NUNES JÚNIOR, 2014, p. 84).

Sobre o tema, o professor José Afonso da Silva faz considerações sobre a responsabilidade de quem transmite a notícia no sentido de entrega-la corretamente ao seu destinatário e, principalmente, de forma imparcial. Revela, ainda, que o direito à informação é dominante, devendo todos terem acesso a diversas fontes de notícias.

A liberdade de informação não é simplesmente a liberdade do dono da empresa jornalística ou do jornalista. A liberdade destes é reflexa no sentido de que ela só existe e se justifica na medida do direito dos indivíduos a uma informação correta e imparcial. A liberdade dominante é a de ser informado, a de ter acesso à fontes de informação, a de obtê-la. O dono da empresa e o jornalista têm um direito fundamental de exercer sua atividade, sua missão, mais especialmente têm um dever. Reconhecesse-lhes o direito de informar à coletividade de tais acontecimentos e ideias, objetivamente, sem alterar-lhes a verdade ou esvaziar-lhes o sentido original, do contrário, se terá não informação, mas deformação. (SILVA, 2014, p. 249).

Na sociedade contemporânea globalizada, cujo os canais de comunicação estão mais evidentes tecnologicamente, a livre expressão por parte da imprensa afigura-se cada vez mais presente. De acordo com Sidney Cesar Silva Guerra:

[...] a liberdade de imprensa não é um direito dos profissionais da imprensa mas de toda sociedade e, portanto, deve ser protegido por todos nós, tendo em vista que estes direitos, como demonstrado, foram conquistados com muita luta e de forma bastante lenta. (GUERRA, 2004, p.82).

Diante de tantos meios de comunicação, gerando muitas vezes um total descontrole da informação, deve-se tentar evitar possíveis conflitos com os intitulados direitos e garantias fundamentais. Muito embora a liberdade de imprensa tenha que ser resguardada, ela não pode ultrapassar determinados limites a ponto de ferir a dignidade da pessoa humana.

É dizer, acima de qualquer notícia está o bem maior, que é o indivíduo e seus valores personalíssimos. Nessa toada, lecionam Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald:

[...] na perspectiva dos direitos fundamentais consagrados pela Carta de 5 de Outubro, há uma indubitosa força normativa que impede atentados contra a dignidade da pessoa humana e os interesses sociais coletivos. Por isso, embora a liberdade de imprensa também se apresente proteção especial e diferenciada, alçada ao status de direito fundamental constitucional, não poderá o seu exercício ultrapassar o limite bem definido das demais garantias constitucionais. (FARIAS; ROSENVALD, 2011, p. 159).

1.5 Conflito de valores e ponderação (Princípio da Proporcionalidade)

Não revela-se recente os chamados conflitos entre distintos direitos e garantias fundamentais. Especialmente nos dias de hoje, em uma sociedade plural e multifacetada, é comum e até natural que existam choques de interesses entre diferentes pessoas integrantes de um mesmo núcleo social. Tais conflitos geram uma angústia, uma inquietação nos personagens diretamente envolvidos. Daí que, mais cedo ou mais tarde, acaso não solucionados, estes conflitos certamente refletirão na paz e ordem social. “A complexidade e o pluralismo das sociedades modernas levaram ao abrigo da Constituição valores, interesses e direitos variados, que eventualmente entram em choque”. (BARROSO, 2011, p. 329).

É, outrossim, interesse da própria sociedade, do próprio Estado Democrático de Direito, que tais choques sejam resolvidos de forma mais célere, harmônica e, principalmente, justa possível. Nada obstante, o ordenamento jurídico pátrio, apesar de encontrar-se fundado em sólidos pilares democráticos e buscar, a todo o tempo, prevenir imagináveis e potenciais conflitos de interesses, não dispõe de fórmulas prontas. E não poderia ser diferente. O Direito não é uma ciência matemática nem, muito menos, são as pessoas números.

Bem assim, competirá ao intérprete, ao se deparar com um conflito entre direitos e garantias fundamentais – que no caso deste trabalho, revela-se entre o direito à informação e o direito à privacidade – utilizar-se do adequado instrumento hermenêutico para aplicar a norma jurídica de forma mais justa possível. Não por outra razão, destacam Manoel Messias Dias Pereira e Débora Pinho que: “O aparente conflito entre os direitos fundamentais

requer instrumento hermenêutico adequado para proporcionar correta e eficiente aplicação deles, sem a supressão de um e aplicação de outro”. (PEREIRA; PINHO, 2013, p.1).

Entre as inúmeras ferramentas para tanto disponíveis, o princípio da proporcionalidade ou razoabilidade apresenta-se como legítima chave-mestra para a sua resolução. Como sublinha Dirley da Cunha Júnior:

O princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade, consubstancia, em essência, uma pauta de natureza axiológica que emana diretamente das ideias de justiça, equidade, bom senso, prudência, moderação, justa medida, proibição de excesso, direito justo e valores afins; precede e condiciona a positividade jurídica, inclusive a de nível constitucional; e, ainda, enquanto princípio geral do direito, serve se regra de interpretação para todo o ordenamento jurídico. (CUNHA JÚNIOR, 2010, p. 227).

Especialmente no conflito de interesses entre o direito a informação e o direito a privacidade, escorado, este último, pelo chamado direito ao esquecimento – o princípio da proporcionalidade revela-se como ferramenta essencial para o seu justo desate. Neste mesmo sentido, Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald destacam que:

Em casos tais (colisão de direitos da personalidade e liberdade de imprensa), é certa e incontroversa a inexistência de qualquer hierarquia, merecendo, ambas as figuras, uma proteção constitucional, como direito fundamental. Impõe-se, então, o uso da técnica de ponderação dos interesses, buscando averiguar, no caso concreto qual o interesse que sobrepuja, na proteção da dignidade humana. Impõe-se investigar qual o direito que possui maior amplitude casuisticamente. (FARIAS; ROSENVALD, 2011, p. 160).

Não resta dúvida que o princípio da proporcionalidade sempre deverá ser aplicado aliado às técnicas de hermenêutica para solucionar casos práticos do dia a dia. Estes serão cada vez mais crescentes tendo em vista a superexposição que a evolução tecnológica está proporcionando às relações humanas. Assim, tanto o direito à informação quanto o direito à intimidade/privacidade vão estar em constante conflito, devendo a questão ser observada no caso concreto.

Ademais, devido ao fato do direito ao esquecimento poder ser aplicado penalmente e civilmente, poderá esbarrar a múltiplas personalidades como é o caso de personalidades públicas, anônimos, políticos, dentre outros, sendo fundamental a análise também mediante a ponderação de valores e circunstâncias do caso concreto.

2 DIREITO AO ESQUECIMENTO

Há muito tempo tem-se discutido, notadamente no velho continente, sobre o chamado direito ao esquecimento. O direito ao esquecimento consiste, basicamente, na possibilidade de uma pessoa não permitir que determinado fato, ocorrido no seu passado, ainda que verídico, seja exposto *ad eternum*, causando-lhe algum tipo de sofrimento.

Em 1983, em Paris, seu tribunal especializado de última instância, assegurou essa possibilidade às pessoas que, com o passar do tempo, reivindicassem o direito ao esquecimento de certos acontecimentos, desde que não se referissem a fatos históricos. Segundo o decidido, as pessoas poderiam extirpar certas lembranças da mídia para tentarem então se ressocializar. Tal entendimento ganha em importância quando nos referimos a indivíduos que foram condenados e já pagaram seus compromissos com a justiça, vez que, estes, com mais razão, têm o direito constitucional à chamada ressocialização.

No Brasil, o direito ao esquecimento, também conhecido como “direito de ser deixado em paz” ou “direito de estar só”, talvez porque intimamente relacionado ao direito à privacidade, ganhou força a partir da recente referência na VI Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos do Judiciário do Conselho da Justiça Federal/ STJ, com a aprovação do seguinte enunciado:

ENUNCIADO 531- A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento.

Artigo: 11 do Código Civil

Justificativa: Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias atuais. O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito do ex-detento à ressocialização. Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados.

O texto, formulado a partir de uma interpretação do Código Civil, traz o direito de ser esquecido como um dos direitos da personalidade, resguardando, assim, o direito à privacidade.

Não se trata de apagar fatos pretéritos e, sim, dar a oportunidade a alguém de reescrever a sua história, sem a dolorosa lembrança do passado. Sobre o direito de ser deixado em paz, ou o direito de estar só, Paulo José da Costa Júnior, disserta:

Aceita-se hoje, com surpreendente passividade, que o nosso passado e o nosso presente, os aspectos personalíssimos de nossa vida, até mesmo sejam objeto de investigação e todas as informações arquivadas e livremente comercializadas. O conceito de vida como algo precioso, parece estar sofrendo uma deformação progressiva em muitas camadas da população. Realmente, na moderna sociedade de massas, a existência da intimidade, privacidade, contemplação e interiorização vem sendo posta em xeque, numa escala de assédio crescente sem que reações proporcionais possam ser notadas. (COSTA JÚNIOR, 2007, p. 16-17)

Portanto, a dificuldade que envolve a questão se circunscreve a aplicação do direito ao esquecimento que ainda não possui balizas claras. Daí porque, a cada caso concreto, serão realizados debates principiológicos para verificar, a partir de uma ponderação de valores, que direito deverá prevalecer – o direito à privacidade ou o direito à informação.

Para exemplificar, pode-se observar o "caso Lebach", julgado pelo Tribunal Constitucional Alemão. Em 1969, quatro soldados foram assassinados na cidade de Lebach. Três soldados foram condenados à prisão perpétua, sendo que um deles teve a sua pena estipulada em seis anos, que foi devidamente cumprida. Entrementes, este, antes de deixar a prisão, tomou conhecimento de que o caso seria veiculado por uma emissora de TV, inclusive mostrando fotos e insinuando que os acusados eram homossexuais. Buscando impedir referida transmissão, ingressou com uma ação inibitória contra o programa. O Tribunal Constitucional Alemão decidiu pela proteção do autor, com base na proteção da personalidade e da sua vida privada:

[...] Entendeu-se que o princípio da proteção da personalidade deveria prevalecer em relação à liberdade de informação. Isso porque não haveria mais um interesse atual naquela informação (o crime já estava solucionado e julgado há anos). Em contrapartida, a divulgação da reportagem iria causar grandes prejuízos ao condenado, que já havia cumprido a pena e precisava ter condições de se ressocializar, o que certamente seria bastante dificultado com a nova exposição do caso. Dessa forma, a emissora foi proibida de exibir o documentário.

Já no Brasil, em 2013, a Quarta Turma do STJ apreciou a questão – direito ao esquecimento – no REsp 1.335.153-RJ e REsp 1.334.097-RJ. Ambos referiam-se a fatos ocorridos e amplamente divulgados na ocasião, como o caso "Aída Curi" e da "chacina da Candelária", respectivamente.

No caso da chacina da Candelária (REsp 1.334.097-RJ), tratava-se de um homem que foi denunciado por ter participado, mas ao final foi absolvido do crime. Depois de alguns anos, a Rede Globo de Televisão veiculou uma matéria no programa "Linha Direta"

revelando este mesmo homem como suposto participante. Diante do problema, o prejudicado ajuizou uma ação contra a emissora alegando que o seu direito ao anonimato, à paz e a privacidade foram violados.

Diante do fato, a Quarta Turma do STJ reconheceu o direito ao autor, entendendo que, um ex condenado, ou mesmo um absolvido, tem o direito de ser esquecido uma vez que a legislação atual garante o direito ao sigilo da folha de antecedentes criminais ao excluir o registro de condenação, após o cumprimento da pena.

O Superior Tribunal de Justiça já sinalizou, pela primeira vez este ano, no caso específico de um programa de televisão, que absolvidos e condenados têm o “direito ao esquecimento”, ao aplicar os artigos 93 e 748 do Código Penal e do Código de Processo Penal respectivamente. Outro marco sobre o assunto foi a edição do Enunciado nº 531, da VI Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), ao expressar que “a tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento”. O que não faz matéria inédita, uma vez que na Europa já se discute sobre o assunto. (PEREIRA; PINHO, 2013, p.1).

No caso em tela, a Rede Globo foi condenada a pagar indenização por danos morais dando com fundamento a violação do direito ao esquecimento.

No segundo (REsp 1.335.153-RJ), os irmãos da senhora Aída Curi, abusada sexualmente e morta, ingressaram com ação de danos morais, materiais e à imagem, também contra a rede Globo. A emissora teria veiculado uma matéria sobre o crime, trazendo aos parentes e amigos a triste lembrança do ocorrido. Nesta, o STJ entendeu não ser devida a indenização por tratar de um fato histórico:

A 4ª Turma do STJ entendeu que não seria devida a indenização, considerando que, nesse caso, o crime em questão foi um fato histórico, de interesse público e que seria impossível contar esse crime sem mencionar o nome da vítima, a exemplo do que ocorre com os crimes históricos, como os casos "Doroty Stang" e "Vladimir Herzog".

No entanto, diversas teses contrárias ao direito ao esquecimento restaram apontadas no REsp 1.335.153/ RJ antes mencionado:

(i) O acolhimento do chamado direito ao esquecimento constitui atentado à liberdade de expressão e de imprensa; (ii) o direito de fazer desaparecer as informações que retratam uma pessoa significa perda da própria história, o que vale dizer que o direito ao esquecimento afronta o direito à memória de toda a sociedade; (iii) cogitar de um direito ao esquecimento é sinal de que a privacidade é a censura do nosso tempo; (iv) o mencionado direito ao esquecimento colidiria com a própria ideia de direitos, porque estes têm aptidão de regular a relação entre o indivíduo e a sociedade, ao passo que aquele finge que essa relação não existe – um “delírio de modernidade”; (v) o direito ao esquecimento teria o condão de fazer desaparecer registros sobre crimes e criminosos perversos, que entraram para a história social, policial e judiciária, informações de inegável interesse público; (vi) ou uma coisa é, na sua essência, lícita ou é ilícita, não sendo possível que uma informação lícita transforme-se em ilícita pela simples passagem do tempo; (vii) quando alguém se insere em um fato de interesse coletivo, mitiga-se a proteção à intimidade e

privacidade em benefício do interesse público e, ademais, uma segunda publicação (a lembrança, que conflita com o esquecimento) nada mais faz do que reafirmar um fato que já é de conhecimento público; (viii) e, finalmente, que programas policiais relatando acontecimentos passados, como crimes cruéis ou assassinos célebres, são e sempre foram absolutamente normais no Brasil e no exterior, sendo inerente à própria atividade jornalística.

Ora, não resta dúvida que o direito ao esquecimento é um meio de reforçar a garantia os chamados direitos da personalidade. Em uma sociedade de informação, tais direitos ficam, a cada dia, mais expostos, principalmente aos meios digitais, colocando os indivíduos em verdadeira situação de “ameaça digital”.

A qualquer momento uma notícia, verídica ou não, pode ser lançada na internet e compartilhada em segundos por milhões de usuários. Resta clara, portanto, a fragilidade a qual encontram-se submetidos os direitos personalíssimos de todos os indivíduos.

2.1 O direito ao esquecimento como forma de garantir o direito à privacidade

No Brasil, o direito ao esquecimento, encontra fundamento em alguns dispositivos como o art. 1º, III, da Constituição Federal, que traz o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, bem ainda nos artigos 5º, X, da Constituição Federal e art. 21 do Código Civil, que asseguram o direito à privacidade, à intimidade e à honra:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Art. 21 A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

Vale destacar que a aprovação do Enunciado nº 531 da VI Jornada de Direito Civil, que dispõe sobre o direito ao esquecimento, enalteceu um anseio que até então só era conhecido em países da Europa e nos Estados Unidos.

O conflito existente quanto à aceitação do direito ao esquecimento, consubstanciado no direito à privacidade, reside basicamente em como conciliá-lo com o direito à informação e a liberdade de imprensa e de expressão, que também são garantias constitucionais. Estes últimos estão previstos no artigo 5º, IV e IX da Carta Maior e asseguram a liberdade de imprensa e expressão:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

É verdade que, tanto o direito à privacidade quanto o direito à informação encontram escora em direitos e princípios constitucionais. Todavia, mesmo classificados como garantias fundamentais, não podem ser encarados como normas absolutas. Daí porque, para a solução de um possível conflito, a questão deverá ser analisada à luz do caso concreto e com base no princípio da proporcionalidade, iluminada por regras de hermenêutica e pelos fundamentos e objetivos dispostos nos artigos 1º e 3º da Constituição Federal:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O fato é que uma pessoa, ao longo de sua vida, possui o direito de mudar seu comportamento, sua forma de pensar, de agir, conforme seu momento de vida. Novos aprendizados são adquiridos, novos olhares, novas concepções, e se as novas percepções e conhecimentos não puderem ser colocados em prática, o indivíduo não evoluirá, não terá a chance de mudar a sua história, de fazer diferente. Suas escolhas estarão presas ao seu passado e será condenado a viver com esse fardo para o resto da vida.

[...] a única característica imutável da pessoa é a sua própria aptidão de mudar ao longo da vida. O passar do tempo permite que a projeção exterior das escolhas pessoais sofram voluntariamente alterações, ou não, de acordo com as experiências vividas. À pessoa, portanto é dada a liberdade de alterar, mudar seu comportamento, sob pena de predeterminar e amarrar sua história pessoal.

Impor uma coerência imutável às escolhas existenciais, sem permitir que haja mudanças na história pessoal, é acorrentar o indivíduo ao seu passado, sem possibilitar que tenha uma vida futura, livre em suas opções. Vale notar que a própria constituição das escolhas existenciais da pessoa é feita mediante um processo dialético entre recordações e esquecimentos. (BUCAR, 2013, p.9-10).

Essa característica intrínseca do ser humano de memória e esquecimento já aparece tutelada no ordenamento jurídico brasileiro art. 43, §1º do Código de Defesa do Consumidor e art. 748 do Código de Processo Penal, como forma de garantir o controle temporal de dados pessoais.

Por exemplo, após o transcurso de um lapso temporal de cinco anos, o Código de Defesa do Consumidor assegura a supressão dos registros pessoais negativos, enquanto que o Código de Processo Penal exclui as condenações da folha de antecedentes do cidadão reabilitado. Vejamos:

Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.

§ 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

Art. 748 A condenação ou condenações anteriores não serão mencionadas na folha de antecedentes do reabilitado, nem em certidão extraída dos livros do juízo, salvo quando requisitadas por juiz criminal.

Pelo fato do direito ao esquecimento poder transitar nas esferas penal e civil, além de poder afetar múltiplas personalidades (pessoas públicas, anônimos e personagens políticos da história), a viabilidade da sua aplicação prática deverá ser verificada mediante a ponderação de valores e as circunstâncias do caso concreto. Deveras, a solução desse conflito de interesses, além de variar caso a caso, deverá levar em consideração a condição da pessoa natural afetada pela exposição.

Levando em consideração o interesse geral de acesso à informação, o anônimo deverá ser submetido a um tratamento mais ameno, a pessoa pública, a um tratamento de natureza intermediária e, finalmente, a pessoa pública participante de acontecimentos históricos e políticos a um tratamento mais rigoroso.

Nessa linha, por exemplo, um candidato político, ao ser eleito para um cargo público oferece, livremente, atributos da sua personalidade para a história de determinada nação. Destarte, é quase inviável apagar seu passado político, uma vez que está totalmente enraizado com os fatos históricos ocorridos nacionalmente ou, quiçá, mundialmente.

Já uma pessoa pública, como um artista, ao optar pela fama, cedeu aos meios de comunicação, ainda que momentaneamente, parte da sua história. Pode-se imaginar o exemplo de uma pessoa que no passado era famosa e que em um determinado momento da vida decide voltar ao anonimato e não ser mais incomodada com a exposição pública da sua imagem.

Do lado oposto, encontra-se o anônimo que pode ter sido exposto à mídia sem o seu consentimento, apenas por estar envolvido em determinado acontecimento, muitas vezes até de forma involuntária. Esta talvez seja a personalidade mais fragilizada, uma vez que nem se quer se preparou para enfrentar essa exposição repentina.

Com relação ao réu condenado ou absolvido pela prática de um crime, o código penal prevê em seu art. 93 o instituto da reabilitação que “alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre seu processo e condenação”. Seguindo a mesma linha, encontra-se o já mencionado art. 748 do Código de Processo Penal que assegura aos ex condenados a exclusão de seus antecedentes na certidão extraída dos livros em juízo, quando reabilitados.

De observar-se, portanto, que o reconhecimento do direito ao esquecimento aos condenados que cumpriram as suas penas ou os absolvidos, mostra-se em harmonia com um

valor supra jurídico, qual seja, o direito de ter esperança, implicitamente reconhecido na presunção legal e constitucional da regeneração do ser humano.

É, aliás, o que se têm admitido os tribunais ao entenderem que a proteção constitucional da personalidade não dá margem à exploração, por parte da imprensa, por tempo indeterminado, da imagem do criminoso e da sua vida privada, uma vez que tal comportamento interfere na sua ressocialização.

Em decorrência da onipresença digital, da sociedade da hiperinformação, os indivíduos estão cada dia mais expostos às redes, restando clara as suas fragilidades frente a este novo mundo. O conflito que antes existia entre público e privado ganhou novas vertentes, e o espaço público foi tomado por questões privadas proporcionando a exposição da intimidade por terceiros. O ministro Luis Felipe Salomão, relator do REsp 1.334.097-RJ, discorre sobre o tema:

Porém, sem nenhuma dúvida, mais grave que a venda ou a entrega graciosa da privacidade à arena pública, como uma nova mercadoria para o consumo da coletividade, é sua expropriação contra a vontade do titular do direito, por vezes um anônimo que pretende permanecer.

Essa também tem sido uma importante – se não a mais importante – face do atual processo de esgarçamento da intimidade e da privacidade, e o que estarrece é perceber certo sentimento difuso de conformismo, quando se assiste a olhos nus a perda de bens caros ao ser humano, conquistados não sem enorme esforço por gerações passadas.

Diante de todo o exposto não resta dúvida a respeito da importância do direito ao esquecimento como um meio para assegurar a preservação dos direitos individuais e, assim, tutelar a dignidade da pessoa humana frente à superexposição de informações nos meios de comunicação.

A tutela do direito ao esquecimento jamais pode ser encarada como um empecilho à atividade jornalística. Na realidade, trata-se apenas de uma nova face decorrente dos direitos da personalidade que buscam garantir a todos os indivíduos o direito de decidir se desejam ter as suas vidas expostas, ou não.

À luz do caso concreto e mediante uma ponderação de valores, direitos e garantias fundamentais, será possível, como base no princípio da proporcionalidade, na hermenêutica e levando-se em consideração as características pessoais do indivíduo envolvido na questão, garantir um tratamento individualizado para o caso concreto. É dizer, apenas vez por vez será possível verificar que direito fundamental deverá prevalecer.

2.2 Aplicabilidade do direito ao esquecimento na internet

Com os avanços tecnológicos de um mundo globalizado, a popularização da internet, a partir dos anos 90, aumentou sensivelmente o acesso à informação.

Esse novo canal de comunicação permite que diversos conteúdos permaneçam ao alcance das pessoas, por um longo período, sendo capaz de causar impacto nas relações humanas pela sua capacidade de eternizar as notícias e proporcionar superexposições de fatos reais ou não.

Antes dos anos 90, seu nome fosse veiculado na imprensa, seja para o bem, seja para o mal, bastavam semanas ou, até mesmo, dias para que tudo fosse esquecido e você voltasse ao anonimato. Somente com o acesso a arquivos físicos é que seria possível relembrar tais acontecimentos.

Acontece que, hoje em dia, mesmo passados dez ou vinte anos, basta uma rápida pesquisa de seu nome nos diversos buscadores disponíveis na internet para que, imediatamente, eventual notícia datada de anos atrás surja como se atual fosse.

Não há dúvidas de que, que razão da onipresença digital, aquela capacidade de esquecer ou fazer esquecer o passado está com os dias contados. Para os mais pessimistas, já não há mais como passar despercebido. A exposição é inevitável. (NARUTO, 2014, p.1).

Em apenas poucos cliques, é possível encontrar notícias, fotos, filmes ocorridos e/ou publicados há anos. Somado a isso, com a sua rapidez de transferência de dados, em alguns segundos as informações são facilmente espalhadas por servidores do mundo todo e consequentemente aos seus usuários. Sobre o tema, Henrique de Faria Martins e Renata Streit afirmam:

Os avanços tecnológicos, responsáveis por inúmeras inovações e pelo seu rápido crescimento, como é o caso da rede mundial de computadores, a Internet, têm causado um forte impacto (tanto de natureza social quanto econômica) sobre as mais diversas áreas do conhecimento e das relações humanas. São características dessas transformações:

- (i) a mudança do uso do papel entre particulares e empresas para informações digitalizadas;
- (ii) a globalização dos mercados graças à flexibilidade e facilidade em transmitir e acessar informações de qualquer tipo para qualquer lugar do mundo;
- (iii) o acesso imediato e temporal à informação sem a necessidade de deslocamento;
- (iv) a facilidade em sua utilização e armazenamento; e
- (v) a democratização da informação, sendo que os baixos custos visam criar uma igualdade nas oportunidades para obtenção e uso da informação: uma pessoa da classe baixa teria o mesmo acesso às informações que uma pessoa da classe alta. (MARTINS; STREIT, 2006, P. 279).

Nos jornais, é comum manterem arquivos dos fatos noticiados para futuras pesquisas de jornalistas, historiadores ou qualquer interessado. E essa manutenção dos arquivos é justificada como um meio de garantir a liberdade de expressão.

A evolução tecnológica trouxe uma problemática ainda maior com relação a esses arquivos de matérias históricas. Uma vez digitalizados e disponíveis na rede tornam-se públicos: “Qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, pode ter acesso a esses bancos de dados. O que, por outro lado, poderia trazer sérios danos à pessoa envolvida na notícia. O que justificaria a supressão da notícia, com fulcro no direito à privacidade”. (PEREIRA; PINHO, 2013, p.1).

Em meio de toda essa insegurança encontra-se o principal bem do ser humano, que é o seu direito à privacidade que tem sido ameaçado com a rede mundial de computadores, havendo uma necessidade clara de tutelar àquele direito no canal eletrônico.

A convivência na sociedade da informação, otimizada pela tecnologia computacional, não mais permite que a privacidade seja compreendida para a proteção do sigilo dito íntimo. Para uma interação com a sociedade em seus mais diversos aspectos, a pessoa tem seus dados invariavelmente coletados por meio de inúmeras ferramentas de captação de informações pessoais (mídia, banco de dados de consumo, arquivos sanitários, etc).

A partir desta constatação, o conceito da privacidade sofre uma inevitável atualização e precisa ser redefinido de acordo com a realidade contemporânea. Assim, a concepção da privacidade deve ser compreendida de forma objetiva com a construção do escudo protetor da liberdade, a partir dos próprios dados tomados em si e coletados por cadastros diversos. (BUCAR, 2013, p.16).

Nesse contexto, o direito ao esquecimento na internet, como forma de tutelar o direito à privacidade fica mais evidente e complexo haja vista que tal veículo tem a particularidade de ser um canal que eterniza as publicações.

De acordo com a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.335.153/ RJ:

[...] A ideia de um direito ao esquecimento ganha ainda mais visibilidade – mas também se torna mais complexa – quando aplicada à *internet*, ambiente que, por excelência, não esquece o que nele é divulgado e pereniza tanto informações honoráveis quanto aviltantes à pessoa do noticiado, sendo desnecessário lembrar o alcance potencializado de divulgação próprio desse *cyberespaço*. Até agora, tem-se mostrado inerente à *internet* – mas não exclusivamente a ela -, a existência de um “resíduo informacional” que supera a contemporaneidade da notícia e, por vezes, pode ser, no mínimo, desconfortante àquele que é noticiado.

No julgamento do REsp 1.335.153/ RJ e do REsp 1.334.097/ RJ, o Superior Tribunal de Justiça, mesmo examinando o direito ao esquecimento no âmbito televisivo, não deixou de firmar posição expressa acerca do enfrentamento da questão no âmbito da internet.

[...] o debate ganha contornos bem diferenciados quando transposto para internet, que desafia soluções de índole técnica, com atenção, por exemplo, para a possibilidade de compartilhamento de informações e circulação internacional do conteúdo, o que pode tangenciar temas sensíveis, como a soberania dos Estados-nações. (BUCAR, 2013, p. 5).

Como posto, afirmou o relator do REsp 1.335.153/RJ que o caso em tela, por envolver a mídia televisiva, mais simples de controlar, era menos grave que eventual caso disseminado pela internet. Além disso, a internet, segundo o Ministro relator, desafia soluções de índole técnica, possibilitando o compartilhamento de informações e circulação internacional do conteúdo:

Com efeito, é atual e relevante o debate acerca do chamado direito ao esquecimento, seja no Brasil, seja nos discursos estrangeiros, debate que, no caso em exame, é simplificado por não se tratar de informações publicadas na *internet*, cujo domínio do tráfego é evidentemente mais complicado e reclama mesmo uma solução – legislativa ou judicial – específica.

Resta claro que a internet intensificou o conflito há muito tempo existente entre o direito fundamental da dignidade da pessoa humana, o direito à privacidade, bem como os direitos inerentes à personalidade deles decorrentes e da liberdade de expressão e/ou o direito à informação.

3 CONTROLE DE INFORMAÇÃO NA INTERNET NO BRASIL

Há muito tempo tem-se discutido no Brasil uma forma de regulamentar a rede mundial de computadores, a fim de resguardar as garantias fundamentais previstas na Constituição Federal de 1988. Depois de quase vinte anos de uso da internet, a sociedade passou a demandar a criação de medidas para proteger e estabelecer direitos e deveres que até então não encontravam-se disciplinados.

Em um canal de comunicação como a internet, ter mais controle das informações é fundamental para garantir direitos, evitar abusos e, assim preservar o respeito mútuo. As leis devem ser usadas para dar essa garantia aos indivíduos, para que possam exercer seus direitos e deveres de forma plena.

Pelo fato do canal não ter fronteiras, uma vez que as informações são livremente compartilhadas em questão de segundos, dois direitos fundamentais, inerentes a todos os indivíduos, são postos em conflito a todo o instante. Quando há aparente entrelaço entre direitos e garantias constitucionais – no caso em tela, entre o direito à informação e o direito à privacidade – é fundamental ter ainda mais cautela, afinal existe uma linha tênue entre eles. Cada caso deve ser tratado de forma individual, e competirá ao intérprete, ao se deparar com esse conflito de direitos, utilizar-se de instrumento hermenêutico adequado a fim de aplicar a norma mais justa no caso concreto.

E foi no meio dessa ânsia por uma regulamentação que foi sancionada a Lei 12.965/14, informalmente nominada de “*Marco Civil da Internet*”, como forma de garantir os direitos e garantias fundamentais dos usuários da rede. Tanto a liberdade de expressão, com o seu direito à informação, quanto a dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade foram assegurados, mas em medidas diferentes.

É certo que a referida lei não põe fim às discussões relacionadas à regulamentação do referido canal já que interesses divergentes estão em jogo. A título de exemplo pode ser citado o direito subjetivo de determinado indivíduo pela retirada de uma informação da rede de um lado e a possibilidade de toda a sociedade de ter acesso à ela, de outro.

Inúmeros questionamentos estão sendo levantados acerca do “*Marco Civil da Internet*”, principalmente no que se refere ao direito ao esquecimento, que sequer foi citado pela Lei 12.965/14. Na verdade, na referida lei, há uma visível predominância do acesso à informação em detrimento do direito à privacidade.

Por tratar-se de uma questão controvertida, a solução ainda está longe de ser assentada. Tanto é que, atualmente, existem projetos de lei tramitando no Congresso Nacional que pretendem, com base no direito ao esquecimento, harmonizar a liberdade de expressão e o direito à informação com à dignidade da pessoa humana. A discussão é importante e o debate está apenas começando.

Nada impede, entretanto, que o Poder Judiciário – através dos seus juízos de primeira instância, tribunais de segunda instância e superiores – comece, desde já, a enfrentar tal entrelhecho de princípios. Aliás, o papel do Poder Judiciário será decisivo para harmonizar, construir e definir conceitos e posições acerca do assunto.

3.1 O Marco Civil da Internet

A rapidez do desenvolvimento tecnológico trouxe inúmeros questionamentos com relação à utilização da internet, principalmente no âmbito do direito constitucional e civil. A partir da necessidade de ampliar a proteção aos direitos humanos do usuário da rede mundial de computadores, inúmeros debates foram travados com o fim de regulamentar a sua utilização. Foi com o advento da Lei nº 12.965/14 que o Brasil, ao estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres, deu o primeiro passo para o uso da internet no país.

Mais conhecida como “*Marco Civil da Internet*”, a lei surgiu a partir de um projeto de lei proposto em meados de 2009 que abordava temas como neutralidade da rede, retenção de dados e privacidade, além do cumprimento da função social do canal. Tudo no intuito de combinar a liberdade de expressão com a responsabilidade civil dos usuários e provedores.

A garantia dos direitos fundamentais aparece como principal fundamento para a apresentação e propositura do projeto de lei, pois, a um só tempo, resguardar-se-ia a liberdade de expressão e o direito à privacidade. Sobre o tema, Anderson Soares afirma:

O grande intuito da lei é a garantia dos direitos humanos com o principal fundamento do respeito à liberdade de expressão na rede mundial de computadores, no qual seja essencial ao exercício da cidadania. Na construção dos direitos humanos existe sempre luta intensa de se estender a todas as pessoas cada vez mais diretas e obrigações e com a vigência da lei 12.965 (marco civil da internet) foi amplamente garantido esses respeitos aos direitos humanos, tais como: a privacidade e a liberdade de expressão na internet. Contudo, vale ressaltar que tais garantias dadas por essa lei devem, também, sofrer os limites constitucionais, ante a necessidade de assegurar o direito constitucional essencial da personalidade. (SOARES, 2014).

A Lei do Marco Civil da Internet foi de extrema relevância para suprir a omissão das leis brasileiras no que se refere às questões relacionadas às garantias dos direitos fundamentais na rede mundial de computadores. Trata-se de mais uma forma de assegurá-las, vez que, até então, encontravam-se fragilizadas diante da ausência de legislação específica voltada a regulamentar o uso do referido canal de comunicação.

A nova lei, apesar de ser inovadora, já que garantiu e ampliou as garantias dos direitos dos usuários na rede, não tem a perspectiva de que tais garantias sejam menores do que àquelas já existentes no dia-a-dia.

De acordo com Bruno Peres, redator de uma notícia divulgada pelo Valor Econômico, a presidente Dilma Rousseff, em discurso no dia em que a lei foi sancionada, “defendeu o respeito aos direitos humanos, à privacidade e à liberdade de expressão na internet”, ao afirmar que “os direitos que as pessoas têm off-line também devem ser protegidos on-line”. (PERES, 2014).

De fato, com o avanço tecnológico e a evolução da sociedade é fundamental que as leis acompanhem os novos rumos, especialmente para garantir que as garantias e os direitos fundamentais – como a liberdade de expressão e o direito à privacidade – sejam exercidos com efetividade e equilíbrio.

3.1.1 O Marco Civil da Internet como meio de garantir a liberdade de expressão

A liberdade de expressão como direito à livre manifestação do pensamento e elemento fundamental em uma sociedade democrática de direito, além de ser assegurada no artigo 5º da Constituição Federal, foi abordada também pela Lei 12.965/14 em seus artigos 2º e 3º. Vejamos:

Art.2º A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como:

[...]

Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios:

- I- garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal;
 - II- proteção da privacidade;
 - III- proteção dos dados pessoais, na forma da lei;
- [...]

De observar-se que o Marco Civil garante a livre expressão a qualquer pessoa no ambiente on-line da mesma forma como em qualquer espaço público, não virtual. Por outro lado, não prevê nenhum mecanismo de controle do canal pelo Estado-Administração. Permite, outrossim, a sua utilização de forma democrática e livre a fim de perpetuar a inovação e o acesso à informação.

É claro que, por se tratar de um direito fundamental, inalienável e de todos, é essencial que a liberdade de expressão seja reafirmada pela Lei do Marco Civil da Internet. Ao mesmo tempo, para preservar outras garantias e direitos individuais, sua aplicação deve observar os limites prescritos pela Carta Magna.

Sobre o tema, Anderson Soares afirma que a imposição legal de restrições ao exercício da liberdade de expressão na rede é uma forma de imputar-lhe maior efetividade e harmonia com outras garantias e direitos de semelhante estatura. Nada obstante, diante de um conflito, será necessário a utilização do princípio da proporcionalidade. Vejamos:

Sem dúvida nenhuma, essa reversa legal é para dar uma maior efetividade à garantia fundamental no âmbito da proteção de terceiros usuários de internet, evitando que essa liberdade não seja usada de forma abusiva. Neste caso será sempre aplicado o princípio da proporcionalidade e/ou princípio da ponderação. (SOARES, 2014).

Apesar do termo liberdade abarcar a noção de que os indivíduos poderão fazer ou deixar de fazer alguma coisa, as suas atuações deverão sempre observar algumas outras restrições como a preservação da privacidade, imagem e honra do ser humano. O segredo do seu legítimo e regular exercício encontra-se no equilíbrio.

3.1.2 O Marco Civil da Internet como meio de preservar a privacidade

A Lei do Marco Civil da Internet não só contemplou os direitos da liberdade de expressão no referido canal de comunicação, como também se preocupou em salvaguardar o direito à privacidade. Trata-se de, como dissemos, encontrar o equilíbrio entre um e outro.

O direito à privacidade, já assegurado pelo inciso X do art. 5º da Constituição Federal, também protagonizou na Lei nº 12.965/14. Restou estatuído não apenas nos já mencionados artigos 2º e 3º, como também em seus artigos 7º e 10, a saber:

Art.7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

- IV- Inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- V- Inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei;
- VI- Inviolabilidade e sigilo de suas comunicações e privadas armazenadas, salvo por ordem judicial;
- [...]

Art. 10 A guarda e a disponibilização dos registros de conexão e de acesso a aplicações de internet de que trata esta Lei, bem como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, devem atender à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas.

Como posto, a faculdade do indivíduo de expor ou não sua vida privada, de excluir do conhecimento de terceiros determinados fatos pessoais, bem como de impedir que outras pessoas tenham acesso a determinadas informações de sua intimidade está totalmente englobado nesta nova lei. Assim, os usuários da rede não poderão sofrer nenhum tipo de constrangimento decorrente de determinadas publicações, especialmente se desautorizadas por eles.

Na nova era digital esse direito é muito vulnerável frente ao imenso mundo da internet. Resultado dessa fragilidade, a lei de regulação da utilização da internet procurou proteger esse valor tão essencial para a intimidade dos usuários de rede

móvel de computador, tanto em modo off-line quanto em modo on-line. (SOARES, 2014).

Resta-nos claro que quando da propositura da referida lei, o legislador pretendeu efetivamente garantir a proteção à privacidade de seus usuários. Entrementes, não abordou especificamente o direito ao esquecimento. Apenas se limitou a tratar da possibilidade de remoção de links de conteúdos indesejados mediante a avaliação judicial.

E mais: apesar de garantir a privacidade dos indivíduos, a lei excluiu a responsabilidade dos provedores de busca como o *Google* sobre a decisão de manter, ou não, determinado conteúdo na web.

Ou seja, caso o usuário pretenda ver excluído determinado conteúdo das buscas de provedores, deverá necessariamente recorrer ao Poder Judiciário, que avaliará a pertinência do pedido e determinará a exclusão ou não do link de acesso à página da notícia. O mesmo vale para a remoção de conteúdos postados ilicitamente por terceiros. Sobre o tema, Juliana Filareto comenta:

[...] pela tendência que se visualiza no Brasil, os usuários que se sentirem prejudicados com a divulgação de suas informações antigas em meios digitais, inclusive quando acessadas mediante pesquisa em sites de busca, deverão direcionar a questão ao Poder Judiciário.

Ou seja, aquele cidadão que teve seu nome divulgado por ter sido um devedor no passado somente terá efetivamente garantida a remoção do conteúdo que pretenda ser “esquecido” se ajuizar uma ação judicial.

Feito isso, o magistrado responsável pelo caso deverá analisá-lo detidamente, para reconhecer se é necessária a remoção do conteúdo, em razão do reclamo do “direito ao esquecimento” do usuário, ou se será mais importante a sua manutenção no universo digital para a garantia do direito à informação da sociedade. (FILARETO, 2014).

Em seu artigo 19, a lei trata especificamente da questão. Segundo o seu texto, competirá ao Poder Judiciário avaliar a pertinência de determinada publicação, bem ainda ordenar, ou não, a exclusão do seu conteúdo. Vejamos:

Art.19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

A primeira vista, esse é o primeiro incômodo causado pelo Marco Civil para aqueles que defendem os direitos da personalidade. Apesar de trazer um avanço ao regulamentar a garantia do direito à privacidade no canal, o usuário que sentir-se prejudicado,

terá que recorrer ao Poder Judiciário sempre que desejar ver excluído certo conteúdo que afete a sua vida privada, intimidade, imagem ou honra.

Daí porque o artigo 19 enfraquece, de certa forma, o exercício de determinadas garantias e direitos individuais – direito à privacidade aqui sob a vestimenta do direito ao esquecimento – vez que lhe impõe efetivos limites.

Mesmo garantida pela ordem jurídica o acesso pleno ao Poder Judiciário inegável que há uma demora natural, decorrente, talvez, do excesso de demanda. Tal situação agrava-se em alguns Estados, que chegam a levar anos para decidir questões simples em seus juizados especiais.

Ora, quando se trata da exposição de dados em um canal de comunicação como a internet, qualquer segundo deve ser considerado, pois os conteúdos e as informações circulam de forma rápida, sem o menor controle. Certamente qualquer demora em apreciar uma justa pretensão resultará em um dano irreparável ou de difícil reparação à privacidade, imagem, intimidade e honra do usuário.

3.2 Como garantir o direito ao esquecimento frente à liberdade de expressão e as diretrizes do Marco Civil da Internet

Resta claro que o Brasil precisa caminhar, cada vez mais, para um aperfeiçoamento de suas leis, a fim de garantir que as garantias e direitos individuais sejam mais preservados. Muito ainda precisa ser feito, especialmente no que se refere à regulamentação do direito ao esquecimento.

O fato é que a lei do Marco Civil da Internet deu mais peso ao direito fundamental da liberdade de expressão e respectivo direito à informação do que à dignidade da pessoa humana e direitos da personalidade. Prova disso é que nem sequer citou o tão discutido direito ao esquecimento, pelo contrário. Parte da doutrina afirma, inclusive, que o Marco Civil caminhou na contramão do Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil, que incluiu o direito ao esquecimento como um direito da personalidade. Vejamos:

Obviamente, o direito ao esquecimento não se sobrepõe ao direito à liberdade de informação e de manifestação de pensamento quando presente o interesse público. Porém, é certo haver limites para tal prerrogativa, já que a liberdade de expressão não é absoluta, de sorte que o conflito de valores constitucionais deve ser apreciado casuisticamente a fim de decidir qual deles irá prevalecer em determinado caso concreto. (CAVALCANTI, 2014).

Apesar do direito à privacidade ter sido reafirmado em alguns dispositivos da Lei nº 12.965, forte no seu artigo 19, os provedores deixarão de ser responsabilizados civilmente por notícias veiculadas, a menos que deixem de retirar o conteúdo abusivo mediante ordem judicial. Ou seja, todo usuário que pretender ver excluído da internet certos conteúdos indesejados terão, necessariamente, que recorrer ao Poder Judiciário. Apenas este avaliará a pertinência ou não da sua retirada.

Mesmo nos juizados especiais, que tendem a ser mais céleres, o cidadão comum terá que aguardar uma decisão judicial para ver reestabelecida a sua dignidade e direitos fundamentais. Todavia, como já dito, em um canal como a internet, qualquer segundo deve ser considerado, pois uma pequena demora poderá resultar em dano irreparável ou de difícil reparação ao indivíduo.

Por outro lado, a falta de regulamentação específica do direito ao esquecimento contribui decisivamente para a falta de consenso dentro do próprio Poder Judiciário acerca do assunto.

A título de exemplo, em decisão liminar, o juiz da Segunda Vara Cível de Ribeirão Preto determinou que os provedores de busca *Google*, *Yahoo* e *Microsoft* excluíssem dos resultados de buscas o nome de um ex condenado, que já cumpriu a sua pena. De acordo com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o sujeito estava enfrentando diversas dificuldades de ressocialização, principalmente de conseguir emprego, vez que o seu nome constava nas notícias sobre a sua condenação.

A Defensoria, por sua vez, ajuizou uma ação solicitando a exclusão dos links das notícias dos referidos sites de busca. A alegação foi o direito ao esquecimento, ou seja, o direito de não permitir que fatos ocorridos no passado, ligados a determinada pessoa, sejam expostos publicamente. Segundo Tadeu Rover, em artigo publicado pelo site Consultor Jurídico, na decisão em que concedeu a liminar, o juiz Benedito Oliveira afirmou:

“A medida será ineficaz, caso venha a ser concedida apenas na sentença, pois, até lá, as rés continuarão disponibilizando ao público o antecedente criminal do autor, cuja

pena já foi cumprida, o que, como é curial, poderá causar a este dano irreparável ou de difícil reparação”. (ROVER, 2014).

Em decisão similar – pedido de exclusão de links –, o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva do Superior Tribunal de Justiça, em apreciação de reclamação interposta contra a Quarta Turma do Colégio Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Espírito Santo, reformou decisão em favor do magistrado Edimilson Souza Santos. Segundo consta, o magistrado solicitou aos provedores de busca a retirada do link para uma reportagem de 2009 que o envolveu em acusações de fraude para o relaxamento de prisão de condenados por tráfico de drogas.

Inicialmente, a Quarta Turma do Colégio Recursal dos Juizados Especiais do Espírito Santo acolheu o pedido formulado pelo juiz, uma vez que o mesmo foi absolvido da acusação e por isso deveria ter o direito de ter o seu nome retirado dos links das notícias. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça, a partir de interposição de reclamação ajuizada pelo *Google*, decidiu no sentido contrário.

Segundo o entendimento do Ministro Villas Bôas Cueva, que opinou pela não retirada do link, o *Google* seria “mero provedor de pesquisa, dada a natureza do serviço prestado de pesquisa virtual que não inclui a prévia filtragem do conteúdo obtido de acordo com o critério fornecido pelo usuário”.

Como posto, talvez por tratar-se de um tema ainda novo, polêmico, ainda não regulamentado pelo Direito nacional, têm o Poder Judiciário brasileiro se comportado de uma forma ainda inconstante.

Nada obstante, como dissemos, nada impede que o Poder Judiciário brasileiro comece a enfrentar, como base no direito ao esquecimento e, principalmente, na dignidade da pessoa humana, o entrelaço entre a liberdade de expressão e o direito à informação, de um lado, e o direito à privacidade, de outro.

No cumprimento dessa importante tarefa, cada caso deverá ser analisado, utilizando-se de técnicas de ponderação de valores. Todavia, faz-se necessário estabelecer uma maneira de permitir que o indivíduo possa recomeçar a sua história, pois somente assim será possível gozar de uma vida plena e digna.

4 CONTROLE DE INFORMAÇÃO NA INTERNET NO DIREITO COMPARADO

A doutrina italiana também vem enfrentado problemas com a antinomia entre o direito à informação e o direito à privacidade. Segundo Manoel Messias Dias Pereira e Débora Pinho, a solução que a corte italiana está trazendo parece resolver a questão:

A solução adotada é aquela que proíbe a retirada da notícia da internet, mas, por outro lado, determina que ela seja atualizada. O que vem a garantir ao público o real desfecho do caso, como manifestação do princípio da transparência. Dessa forma, há concomitantemente o direito à liberdade de expressão e o direito à privacidade. (PEREIRA; PINHO, 2013, p.2).

Para conciliar direitos fundamentais de informação e privacidade na internet, os tribunais italianos têm solucionado o problema determinando a atualização da notícia. Assim, garante-se ao público o real desfecho do caso, assegurando o princípio da transparência. Todavia, a solução encontrada pela justiça italiana não resolve questões que envolvem o retorno ao anonimato, por exemplo.

Pois bem. Recentemente, no dia 13 de maio de 2014, o Tribunal de Justiça da União Europeia acolheu um pedido do cidadão espanhol Mario Costeja Gonzalez, reconhecendo o direito ao esquecimento. A decisão provocou inúmeros debates e algumas medidas.

O tribunal deliberou que o cidadão teria direito de exigir que o *Google* deixasse de exibir um link para uma nota oficial de uma penhora publicada no jornal *La Vanguardia* em 1998, toda vez que alguém pesquisasse o seu nome.

Mario Gonzalez alegou que atualmente não possuiria mais nenhuma dívida. Portanto a veiculação desse antigo fato estaria prejudicando a sua imagem, décadas depois. A decisão atingiu somente o site de busca *Google*, não alcançando o jornal *La Vanguardia* e outros meios de comunicação que por ventura estivessem veiculando a informação, tornando-os isentos da decisão.

Além disso, a decisão estendeu a todos os cidadãos europeus o direito de poderem fazer pedidos semelhantes ao *Google*, sem necessidade de qualquer outra intervenção judicial.

Em cumprimento ao determinado, o referido site de busca disponibilizou um formulário, que após ser preenchido com o nome, o país de origem e um endereço eletrônico, acompanhado por uma cópia de um documento oficial com foto, deverá apontar que páginas o solicitante deseja apagar. Com base nessas informações, o *Google* terá que avaliar caso a caso, com certa razoabilidade, se a informação é de fato de interesse público.

Portanto, para a Corte Europeia, o *Google*, assim como os outros mecanismos de busca, têm o controle sobre informações privadas dos usuários, uma vez que agrupam e apresentam links sistemáticos relacionados à pessoa. Ademais, de acordo com o Direito europeu, os indivíduos têm o direito de controlar seus dados pessoais, ainda mais se não forem figuras públicas.

Apenas a título de curiosidade e para reforçar o que bem entendeu a Corte Europeia no que se refere ao controle de informações privadas, o *Google*, do mesmo modo que outros provedores de busca tem o total controle das informações dos seus usuários.

De fato, todas as buscas e sites de acesso que um usuário faz, são armazenados no IP – *Internet Protocol* – que é uma identificação do computador para se comunicar na internet. Esses dados são compilados e comercializados pelo *Google* por meio da sua Rede de *Display*, conhecida como GDN, que é um conjunto de sites parceiros. De acordo com o perfil do usuário que se deseja atingir, ou seja, da segmentação do público-alvo e sua categoria de interesse, o anúncio é mostrado àquele usuário em algum site parceiro da Rede de *Display*. Cada vez que o anúncio é “clicado” para ser visualizado, o *Google* é remunerado. Ou seja, o provedor está longe de ser mero “buscador” de conteúdo.

Segundo o *Wall Street Journal*, em reportagem relatada por Jens Meyer na Folha de São Paulo, desde o dia da decisão da corte europeia em 13 de maio de 2014, até o dia 24 de julho de 2014, cerca de 91 mil pessoas solicitaram ao *Google* a retirada de 328 mil links dos quais 100 mil foram removidos. Além disso, 30% foram rejeitados e para 15% foram solicitados mais informações.

O avanço foi tão grande que, ainda segundo o *Wall Street Journal*, empresas como o *Yahoo* e *Microsoft* estão verificando de perto os procedimentos adotados pelo *Google* a fim de adotarem em suas ferramentas medidas semelhantes.

De mais a mais, o *Google* disponibiliza uma página na web, intitulado de “Relatório de Transparência” no qual, entre outros serviços, fornece os números relacionados às solicitações governamentais de remoções de conteúdo de cada país, além de disponibilizar o conteúdo da solicitação e o respectivo resultado.

O referido relatório traz ainda uma página específica chamada “Privacidade europeia em pesquisas” na qual esclarece a decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia, mostra o gráfico das porcentagens das URLs – *Uniform Resource Locator* – analisadas e processadas por cada país europeu e disponibiliza o link de acesso ao formulário da web.

É dizer, caso um cidadão europeu deseje efetuar a exclusão da vinculação de seu nome à determinada página da web, deverá preencher o formulário com dados básicos como: o nome que se deseja excluir de um resultado de busca, nome do solicitante ou do seu representante legal, endereço de email, as URLs que pretende excluir e os respectivos motivos. Além do mais, devem anexar documentos que comprovem a identidade do solicitante. Após o preenchimento do formulário, o *Google* envia uma resposta automática confirmando o recebimento da solicitação.

De acordo com o *Google* em sua página de “Perguntas Frequentes”, disponível do Relatório de Transparência, todas as solicitações são avaliadas de forma individual e quando preciso, são solicitadas informações complementares ao solicitante. Assim que chegam a uma decisão, enviam um email com o resultado. Caso resolvam não atender à solicitação, explicam o motivo. Ainda segundo o *Google*:

Ao avaliarmos uma solicitação, verificamos se os resultados incluem informações desatualizadas ou imprecisas sobre um indivíduo. Também levamos em consideração se há interesse público nas informações restantes em nossos resultados da pesquisa, como referências a fraudes financeiras, negligência profissional, condenações penais ou conduta pública do usuário como um oficial do governo (eleito ou não).

Nossa equipe de remoção precisa averiguar cada página individualmente e basear suas decisões no contexto limitado fornecido pelo solicitante e nas informações na página da Web. Trata-se de uma notícia? Tem relação com uma denúncia que mais tarde resultou em condenação ou foi ignorada? Por isso, a fim de demonstrar o escopo das solicitações de remoção, incluímos uma seção de resumos de solicitações no *Transparency Report*. (GOOGLE, 2014).

Como visto, a decisão pela exclusão ou não de um link de um resultado de busca é muito bem analisada, verificando se a informação é imprecisa ou está desatualizada. Além disso, sempre há uma análise do interesse social pela notícia.

Com a decisão, há quem diga que o buscador ganhou um “poder de julgamento” e, conseqüentemente, de eventual censura ao julgar a veracidade ou falsidade do conteúdo que é criado.

O que é visto como um passo para proteger a utilização de dados pessoais pode ser considerado também uma porta para que alguém tente apagar o seu passado, a sua história. Exemplos mais comuns que têm sido dados: políticos que não querem ver o seu nome associado a determinada informação, criminosos que pedem para o seu crime ser eliminado da história *online*. (HENRIQUES, 2014).

Devido a importância do tema, a regulação do tráfego informacional do referido canal tem estado em debates internacionais, tendo alcance, até no direito comparado, o debate a respeito do conflito entre o direito de publicação e a proteção dos direitos e garantias individuais.

A União Europeia proporcionou um amplo debate sobre a perenização de informações pessoais em poder de terceiros e o controle do uso, principalmente na internet. Vejamos a notícia publicada no site espanhol intitulado “20 Minutos”, em que a Vice-Presidente da Comissão de Justiça da União Europeia, Viviane Reding, apresenta uma proposta para a contemplação do direito ao esquecimento aos usuários de internet: *“al modernizar la legislación, quiero clarificar específicamente que las personas deben tener el derecho, y no sólo la posibilidad, de retirar su consentimiento al procesamiento de datos [...]”*, e, ainda, segundo ela, o primeiro pilar da reforma será *“el derecho a ser olvidado : un conjunto completo de reglas nuevas y existentes para afrontar mejor los riesgos para la privacidad en Internet”*. (20 MINUTOS, 2011).

Em palestra ministrada na Universidade de Nova York, Eric Schmidt, alto executivo da *Google*, afirmou opinião parecida com a da Vice-Presidente da Comissão de Justiça da União Europeia, Viviane Reding:

[...] a internet precisa de um botão de *delete*. Informações relativas ao passado distante de uma pessoa podem assombrá-la para sempre, causando entraves, inclusive, em sua vida profissional, como no exemplo dado na ocasião, de um jovem que cometeu um crime em relação ao qual as informações seriam expurgadas de seu registro na fase adulta, mas que o mencionado crime poderia permanecer *on line*, impedindo a pessoa de conseguir emprego.

Como posto, por se tratar de um tema recente, inúmeras decisões continuarão a ser tomadas por diversos tribunais ao longo dos próximos anos no intuito de tentar regulamentar o canal eletrônico. Nos casos retratados, apesar das decisões serem diversas, há um ponto em comum entre elas, qual seja, a aplicação da técnica de ponderação de valores.

Esta, portanto, deverá ser aplicada nos casos que versarem sobre conflitos principiológicos, como naquele verificado entre a dignidade da pessoa humana, o direito à privacidade e à liberdade de expressão.

Segundo o Relatório de Transparência do *Google*, comparado com o resto do mundo, os usuários brasileiros são os que mais solicitaram a retirada forçada – através do Poder Judiciário – de conteúdo do ar.

Ora, eventual adoção do modelo europeu no Brasil – disponibilização de um formulário online por parte dos provedores de busca – poderia diminuir em muito a enorme carga de trabalho enfrentada diariamente pelo Poder Judiciário pátrio.

A medida, menos burocrática, traria mais economia processual e diminuição da litigiosidade. Ademais, atenderia ao princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Carta Maior, que preza pela racionalização e otimização dos recursos públicos. Vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...].

Nesta linha, os provedores fariam o primeiro filtro e retirariam os links para as notícias que de fato apresentassem informações pessoais desatualizadas ou imprecisas. Já o Judiciário ficaria livre para tratar apenas de questões residuais, a exemplo de eventuais pedidos de exclusão de conteúdo negados pelos provedores de busca, bem ainda de outros casos considerados mais complexos – que envolvessem personalidades públicas e políticos, por exemplo.

A implantação do modelo europeu, além de prestigiar as diversas garantias e direitos individuais e o próprio direito ao esquecimento, deixaria os cidadãos comuns livres para resolverem as suas questões de forma mais simples, célere e não litigiosa, em total arrimo com a dignidade da pessoa humana.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, verifica-se que o direito à privacidade, à intimidade e à honra estão intimamente relacionados com o princípio da dignidade da pessoa humana, pois apenas com a sua preservação será possível garantir a todos uma vida plena, digna e feliz.

Todavia, na atual sociedade da informação em que todos os indivíduos podem, a qualquer momento, ter os seus dados, informações, imagens e intimidades expostas através dos diversos canais de comunicação, como a internet, tais direitos ganham destaque.

Nesse novo contexto, o direito ao esquecimento, intimamente relacionado com o direito à privacidade e a dignidade da pessoa humana, surge para contribuir com a sua tutela, evitando que fatos e acontecimentos indesejados ligados ao passado de determinado indivíduo eternizem-se de forma a impedir de realizar um novo recomeço ou mesmo refazer a sua própria história.

Entrementes, a Constituição Federal de 1988 prestigia em seu corpo outros valores, direitos e garantias de grande importância, como a liberdade de expressão, o direito à informação e a liberdade de imprensa.

Daí porque competirá ao intérprete, especialmente ao Poder Judiciário pátrio, ao se deparar com um conflito entre o direito à informação e o direito à privacidade, antes de opinar pela prevalência do direito ao esquecimento, utilizar-se dos instrumentos hermenêuticos aptos a aplicar a norma jurídica de forma mais justa possível no caso concreto. No cumprimento dessa importante tarefa, o princípio da proporcionalidade apresenta-se como importante instrumento a resolução de conflitos.

Havendo a possibilidade de a solução encontrada afetar múltiplas e distintas personalidades – personagens políticos da história, pessoas públicas e anônimas – a viabilidade de aplicar o direito ao esquecimento deverá ser verificada caso a caso, mediante ponderação de valores e as circunstâncias do caso concreto. De qualquer modo, o tratamento que será conferido aos chamados personagens políticos da história e pessoas públicas, jamais deverá ser tão condescendente quanto aquele dispensado às pessoas anônimas.

Apesar da Lei nº 12.965/14, informalmente nominada de “*Marco Civil da Internet*”, voltada a regular o uso da internet no Brasil, ter assegurado em seus dispositivos a liberdade de expressão, o direito à informação, o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade, deixou de tratar especificamente do direito ao esquecimento.

A redação do seu art. 19, por outro lado, enfraqueceu a possibilidade dos grandes provedores serem responsabilizados por notícias veiculadas por sites de notícia, além de ter tornado regra a necessidade do indivíduo ter que sempre recorrer ao Poder Judiciário caso queira ver excluído certos conteúdos indesejados.

Mesmo diante da omissão do legislador, nada impede que o Poder Judiciário, provocado a se manifestar sobre o direito ao esquecimento, comece, desde já, a enfrentar o entrelaço entre o direito à informação e o direito à privacidade. Nesse sentido, o papel do Poder Judiciário será decisivo para harmonizar, construir e definir conceitos e posições acerca do tema, a exemplo do Enunciado nº 531 da VI Jornada de Direito Civil, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF).

Finalmente, outros caminhos encontram-se disponíveis no Direito Comparado. A título de exemplo, iniciativa tomada pelo *Google* que, após decisão tomada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, resolveu disponibilizar em sua página formulários para que os usuários pudessem apontar conteúdos reputados indesejados.

O modelo europeu, acaso adotado no Brasil, além de prestigiar as diversas garantias e direitos individuais e o próprio direito ao esquecimento, deixaria os cidadãos comuns livres para resolverem as suas questões de forma mais simples, célere e não litigiosa, em total arrimo com a dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David, NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de direito constitucional*. 18. ed. São Paulo: Verbatim, 2014.

ASCENÇÃO, José de Oliveira. *Direito da internet e da sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BARROSO, Luis Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BLUM, Renato Opice. *Direito ao esquecimento da internet*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed763_direito_de_esquecimento_na_internet>. Acesso em: 26 mar. 2014.

BLUM, Renato Opice; BRUNO, Marcos Gomes da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha. *Manual de direito eletrônico e internet*. São Paulo: Lex, 2006.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 29.ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 abr. 2014.

BRASIL. *lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BRASIL. *lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941*. Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BRASIL. *lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BRASIL. Lei 12.965, de 23 de abril de 2014. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_at2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 30 nov. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. (...) *REsp 1.335.153/ RJ*. Quarta Turma. Recorrente: Nelson Curi e outros. Recorrido: Globo Comunicação e Participações S/A. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Rio de Janeiro, 28 de maio de 2013. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=201100574280&dt_publicacao=10/09/2013>. Acesso em: 13 abr. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. (...) *REsp 1.334.097/ RJ*. Quarta Turma. Recorrente: Globo Comunicação e Participações S/A. Recorrido: Jurandir Gomes de França. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Rio de Janeiro, 28 de maio de 2013. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=201201449107&dt_publicacao=10/09/2013>. Acesso em: 13 abr. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Reclamação. (...) *Rcl 18.685/ ES*. Decisão monocrática. Reclamante: Google Brasil Internet Ltda. Reclamado: Quarta Turma do Colégio Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Espírito Santo. Relator: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. Brasília, 05 de agosto de 2014. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=37498558&num_registro=201401426090&data=20140822&tipo=0&formato=PDF>. Acesso em: 24 mar. 2015.

BUCAR, Daniel. *Controle temporal de dados: o direito ao esquecimento*. Disponível em: <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2013/10/Direito-ao-esquecimento-civilistica-com-a.2.n.3.2012.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

CAHALI, Yussef Said. *Dano moral*. 4 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

CAVALCANTI, Roberto Flávio. *A inconstitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet*. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/30560/a-inconstitucionalidade-do-artigo-19-do-marco-civil-da-internet>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 11 ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2014.

COSTA JÚNIOR, Paulo José. *O direito de estar só: tutela penal da intimidade*. 4 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Curso de direito constitucional*. 4 ed. Bahia: Jus Podivm, 2010.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil: responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2002.

DIZER O DIREITO. *Direito ao esquecimento*. Disponível em: <<http://www.dizerodireito.com.br/2013/11/direito-ao-esquecimento.html>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

DOTTI, René Ariel. *Proteção da vida privada e liberdade de informação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito civil: Teoria geral*. 9 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011

FILARETO, Juliana. *No Brasil, direito ao esquecimento na internet depende do judiciário*. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2014-ago-03/juliana-filareto-direito-esquecimento-depender-judiciario>> Acesso em: 31 mar. 2015.

FREITAS, Ciro Torres; MENEGUETTI, Pamela Gabrielle. *Direito fundamental ao esquecimento é insustentável*. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2013-out-21/direito-fundamental-esquecimento-afirmacao-insustentavel>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

FREY, Luísa. *Justiça defende “direito de ser esquecido” no Google*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/tecnologia/justica-europeia-defende-direito-de-ser-esquecido-no-google-652.html>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

GUERRA, Sidney Cesar Silva. *A liberdade de imprensa e o direito à imagem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

GAGLIANO, Pablo Stolze; COELHO, Fábio Ulhôa. *Novo curso de direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2003, V.III.

GOOGLE. Relatório de Transparência. *Solicitações de remoções da pesquisa em conformidade com a privacidade europeia. Formulário de solicitação para a remoção de links protegidos juridicamente na Europa*. Disponível em: <https://support.google.com/legal/contact/lr_eudpa?product=websearch>. Acesso em: 27 mar. 2014.

HENRIQUES, Joana Gorjão. “Direito ao esquecimento” esquece o quê: privacidade ou liberdade de expressão. Disponível em: <[http://www.publico.pt/mundo/noticia/direito-ao-esquecimento-esquece-o-que-privacidade-ou-liberdade-de-expressao-1637145?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+PublicoRSS+\(Publico.pt\)Acesso](http://www.publico.pt/mundo/noticia/direito-ao-esquecimento-esquece-o-que-privacidade-ou-liberdade-de-expressao-1637145?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+PublicoRSS+(Publico.pt)Acesso)>. Acesso em: 25 mar. 2014.

JADE, Lídia. *Entenda o direito ao esquecimento na internet*. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/tecnologia/2014/09/entenda-o-direito-ao-esquecimento-na-internet>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

KANT, Immanuel. *Fundamentação à metafísica dos costumes*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.

LISKAUKAS, Suzana. *Marco Civil não invalida o Direito ao Esquecimento*. Disponível em: <<http://wap.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=37507&sid=4#.VSfR1dLVC3x>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

LIMA, Arnaldo Siqueira. *O direito à imagem: proteção jurídica e limites de violação*. Brasília: Universa, 2003.

LOPES, Marcelo Frullani. *Direito ao esquecimento*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/24865/direito-ao-esquecimento>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

LOPES, Marcelo Frullani. *Nome e imagem das pessoas devem ser preservados*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-jul-07/marcelo-frullani-nome-imagem-pessoas-preservados>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

MARTINS, STREIT. *Privacidade na internet*. In Manual de Direito Eletrônico e Internet. São Paulo: Lex, 2006

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio; BRANCO, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MEYER, Jens. *Google já apagou cerca de 100 mil links pelo “direito de ser esquecido”, diz jornal*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2014/07/1491158-google-ja-apagou-cerca-de-100-mil-links-pelo-direito-de-ser-esquecido-diz-jornal.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2015.

NARUTO, Daniel Feitosa. *A polêmica sobre o direito ao esquecimento*. Disponível em: http://danielnaruto.jusbrasil.com.br/artigos/138416770/a-polemica-sobre-o-direito-ao-esquecimento?ref=topic_feed. Acesso em: 10 nov. 2014.

OST, François. *O Tempo do direito*. Tradução Élcio Fernandes. Bauru, SP: Edusc, 2005.

PEREIRA, Manoel Messias Dias; PINHO, Débora. *Atualização equilibra liberdade de expressão e privacidade*. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-dez-03/atualizacao-noticias-equilibra-liberdade-expressao-privacidade>. Acesso em: 7 mar. 2014.

PERES, Bruno. *Dilma vai “tirar dúvidas” no Facebook sobre o Marco Civil da Internet*. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3525228/dilma-vai-tirar-duvidas-no-facebook-sobre-o-marco-civil-da-internet>. Acesso em: 29 mar. 2015.

PINHEIRO, Aline. *Não existe direito ao esquecimento, dia advogado da EU*. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-jun-25/nao-existe-direito-esquecimento-internet-advogado-geral-uniao-europeia>. Acesso em: 24 fev. 2014.

PINHEIRO, Patricia Peck. *Direito digital*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RAMÍREZ, Sergio Garcia; GONZAGA, Alejandra. *La libertad de expresión en la jurisprudência de la Corte Interamericana de Derechos Humanos*. México: Corte Interamericana de Derechos Humanos, 2007.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. *Brasil debate direito ao esquecimento desde 1990*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-nov-27/direito-comparado-brasil-debate-direito-esquecimento-1990>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

ROVER, Tadeu. *Liminar manda sites tirarem nome de condenado de resultado de buscas*. Disponível em: <http://consultor-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/144922197/liminar-manda-google-tirar-nome-de-condenado-de-resultado-de-todas-as-buscas?ref=topic_feed>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SALIBA, José Carlos Maia. *O direito de ser esquecido*. Disponível em:<<http://jus.com.br/artigos/31705/o-direito-de-ser-esquecido>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

SCHREIBER, Simone. *A Publicidade Opressiva de Julgamento Criminais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SCOCUGLIA, Livia. *Google não é obrigado a filtrar conteúdo de busca, decide ministro do STJ*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-set-08/superior-tribunal-justica-decide-direito-esquecimento>>. Acesso em: 27 out. 2014.

SILVA JÚNIOR, Roberto Roland Rodrigues da. *Internet e direito: reflexões doutrinárias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

SOARES, Anderson. *Marco civil da internet e a garantia da privacidade e liberdade de expressão*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/30520/marco-civil-da-internet-e-a-garantia-constitucional-da-privacidade-e-liberdade-de-expressao>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. *Direito constitucional: Teoria, história e métodos de trabalho*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: responsabilidade civil*. São Paulo: Atlas, 2003.